



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES
DE TRANSPORTES**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES DE TRANSPORTES

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado em observância à Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (com alterações da IN TCU nº 72/2013), Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e Portaria TCU nº 321 de 30 de novembro de 2015.

Unidades Consolidadas:

Departamento da Marinha Mercante - DMM

Fundo da Marinha Mercante - FMM

Brasília-DF / 2015

SUMÁRIO

1. Apresentação	7
2. Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas.....	9
2.1. Finalidade e Competências	9
2.2. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do Órgão.....	9
2.3. Ambiente de Atuação	10
2.3.1. Departamento de Concessões.....	10
2.3.2. Coordenação-Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes- CGCAP	10
2.3.3. Departamento da Marinha Mercante - DMM.....	11
2.4. Organograma Funcional.....	11
2.5. Macroprocessos Finalísticos	16
2.5.1. Fomento das Ações de Transportes.....	17
2.5.2. Acompanhamento de Empreendimentos concedidos de Infraestrutura e Serviço de Transportes.	18
3. Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional	20
3.1. Planejamento Organizacional.....	20
3.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	21
3.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	23
3.1.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	24
3.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos.....	25
3.3. Desempenho Orçamentário	26
3.3.1. Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados	26
3.3.2. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	27
3.3.3. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário.....	35
3.3.4. Obrigações Assumidas sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento.....	35
3.3.5. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	36
3.3.6. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	36
3.3.7. Informações sobre a Execução das Despesas.....	36
3.3.8. Suprimentos de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal	38
3.4. Desempenho Operacional	39
3.4.1. Departamento de Concessões.....	39
3.4.2. Coordenação Geral de Captação de Recursos	44
3.4.3. Departamento da Marinha Mercante.....	45
3.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	47
4. Governança	48
4.1. Descrição das Estruturas de Governança	48
4.2. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	50
4.3. Gestão de Riscos e Controles Internos.....	51
5. Relacionamento com a Sociedade.....	56
5.1. Canais de Acesso do Cidadão	56
5.2. Carta de Serviços ao Cidadão.....	56
5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários	56

5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade.....	56
5.5. Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	56
6. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis	58
6.1. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	58
6.2. Sistema de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....	58
6.3. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....	58
7. Áreas Especiais da Gestão	59
7.1. Gestão de Pessoas	59
7.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade.....	59
7.1.2. – Demonstrativo das Despesas com Pessoal	60
7.1.3. Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	60
7.1.4. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários.....	60
7.2. Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura.....	62
7.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	62
7.3. Gestão da Tecnologia da Informação.....	63
7.3.1. Principais Sistemas de Informação	63
7.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).....	63
7.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	63
7.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	64
8. Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle.....	65
8.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	65
8.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	67
8.3. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	68
8.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	68
8.5. Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração de Folha de Pagamento	68
8.6. Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda.....	68
9. Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle.....	69
9.1 Anexo do subitem 6.3 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64.....	69

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO A.2.2.1 - Normas e Regulamentos	9
QUADRO A.2.4.1 - Organograma Funcional.....	11
QUADRO A.2.4.2 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	12
QUADRO A.2.5.1 – Macroprocessos Finalísticos.....	17
QUADRO A.3.1 – Iniciativas Estratégicas/SFAT	21
QUADRO A.3.1.2.1 - Metas e indicadores SFAT	24
QUADRO A.3.1.2.1 –Iniciativas SFAT 2016.....	24
QUADRO A.3.3.2 – Ações da Lei Orçamentária Anual	28
QUADRO A.3.3.2.1 – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS.....	28
QUADRO A.3.3.2.2.1 – Ressarcimento às Empresas Brasileiras – Ação 0095	30
QUADRO A.3.3.2.2.2 – Incentivo às Empresas Brasileiras	31
QUADRO A.3.3.2.2.3 - Subvenção Econômica Sobre o Prêmio	32
QUADRO A.3.3.2.2.4 - Gestão e Administração do Programa – Ação 2000.....	34
QUADRO A.3.3.4.1 – Ressarcimento às Empresas Brasileiras – Ação 0095	36
QUADRO A.3.3.5.1. – Restos a Pagar Inscritos e Exercícios Anteriores	36
QUADRO A.3.3.7.1 – Despesa por Modalidade de Contratação	36
QUADRO A.3.3.7.2. – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa	37
QUADRO A.3.3.8.1 - Concessão de suprimento de fundos	38
QUADRO A.3.3.8.2 - Utilização de suprimento de fundos.....	39
QUADRO A.3.3.8.3 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	39
QUADRO A.3.4.2.1 - Solicitação de enquadramento no REIDI para projetos de infraestrutura de Transportes.....	44
QUADRO A.3.4.2.2 - Autorização para emissão de debêntures incentivadas para projetos de infraestrutura de Transportes.....	44
QUADRO A.7.1.1.1. - Força de Trabalho da UPC.....	59
QUADRO A.7.1.1.2. – Distribuição da Lotação Efetiva	59
QUADRO A.7.1.1.3. – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas	59
QUADRO A.7.1.4.1 – Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da UPC	60
QUADRO A.7.1.4.2 – Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da UPC	61
QUADRO A.7.1.4.2 – Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da UPC	61
QUADRO A.7.2.1.1 – Imóveis de Sob Responsabilidade da UPC.....	62
QUADRO A.8.1.1 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	65
QUADRO A.8.1.2 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento	66

LISTA DE SIGLAS

AFRMM	Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BASA	Banco Nacional da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BSC	Balance Scorecard
CDFMM	Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
COAR	Coordenação de Avaliação Regulatória
COGEP	Coordenação de Gestão de Pessoas
CGCAP	Coordenação-Geral de Programação e Captação para Desenvolvimento de Transportes
CGEP	Coordenação-Geral de Estruturação de Projetos
CGMA	Coordenação - Geral de Monitoramento e Avaliação
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia de Informação do Ministério dos Transportes
CGU	Controladoria Geral da União
CMN	Conselho Monetário Nacional
COACO	Coordenação de Acompanhamento de Outorgas
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COAT	Coordenação de Avaliação Técnica
CPEF	Coordenação de Programação e Execução Financeira
DECON	Departamento de Concessões
DIAR	Divisão de Apoio Regulatório
DIAT	Divisão de Apoio Técnico
DMM	Departamento da Marinha Mercante
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU	Diário Oficial da União
EPL	Empresa de Planejamento e Logística S.A.
EVTEA	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental
FMM	Fundo da Marinha Mercante
GM	Gabinete Ministerial
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
LOA	Lei Orçamentária Anual
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MT	Ministério dos Transportes
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PMGP	Programa Modernizando a Gestão Pública
PPA	Plano Plurianual
PIS	Programa de Integração Social
PIL	Programa de Investimentos em Logística
PMI	Procedimento de Manifestação de Interesse
R.A.E	Reunião de Acompanhamento da Estratégia
REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
RFB	Receita Federal do Brasil

S.A.	Sociedade Anônima
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCR	Serviço de Captação de Recursos
SEAINF	Serviço de Articulação de Informações
SEGES	Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes
SERARR	Serviço de Arrecadação
SEPAC-MPOG	Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SFAT	Secretaria de Fomento para Ações de Transportes
SEPEF	Serviço de Programação e Execução Financeira
SIAFI	Sistema de Administração Financeira
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAP	Sistema de Cadastro e Prestação de Contas
SIOP	Sistema de Orçamento e Planejamento
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPNT	Secretaria de Política Nacional de Transportes
SPU	Secretaria do Patrimônio da União, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
TC	Tomada de Contas
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TUM	Taxa de Utilização do Sistema Mercante
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidades Prestadoras de Contas
VALEC	VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

1. Apresentação

O Relatório de Gestão Consolidado da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015 e Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015. Contém as informações das contas do exercício de 2015 das subunidades da SFAT, quais sejam: Departamento de Concessões – DECON; Coordenação Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes – CGCAP e do Departamento da Marinha Mercante – DMM.

A SFAT é um órgão finalístico pertencente à estrutura organizacional do Ministério dos Transportes, ao lado da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES e da Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT.

A seguir estão destacados os principais programas, ações, projetos e atividades implementadas pelo Ministério dos Transportes e que contam com a atuação direta da SFAT:

Programa de Investimentos em Logística – PIL

O “Programa de Investimentos em Logística”: Rodovias e Ferrovias tem como objetivo dotar o Brasil de um sistema de transporte adequado às suas dimensões. Tendo como base um modelo de investimentos que privilegia a parceria entre o setor público e o privado, a iniciativa prevê a adoção de contratos de concessão no caso das rodovias e das ferrovias.

Concessões Públicas de rodovias e ferrovias

Os concessionários são selecionados por intermédio de licitações públicas e serão responsáveis pela construção e expansão dos trechos, por sua manutenção e pelo atendimento aos usuários. Em troca, terão os direitos de exploração por intermédio da cobrança de tarifas. As concessões públicas tem como objetivos centrais:

- Elevar a escala dos investimentos em infraestrutura de transporte, dotando o país de uma rede logística ampla, moderna e eficiente, mediante a cobrança de tarifas;
- Reforçar a capacidade de planejamento do Estado e promover a integração entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos em articulação com as cadeias produtivas;
- Criar as bases para o crescimento sustentável do Brasil nos próximos 50 anos, dando início a um processo contínuo de planejamento e desenvolvimento de sua infraestrutura logística; e
- Reduzir custos e ampliar a capacidade de transporte do País, resultando na promoção da eficiência e elevação da competitividade.

Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI

O incentivo fiscal do REIDI- Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura consiste na suspensão da incidência das contribuições para PIS (1,65%) e COFINS (7,6%) sobre as receitas decorrentes das aquisições destinadas à utilização ou incorporação em obras de infraestrutura. A Lei Federal nº 11.488, de 15.06.2007, criou o REIDI visando à desoneração da implantação de projetos de infraestrutura. Por sua vez, o Decreto Federal nº 6.144, de 03.07.2007, tratou da sua regulamentação.

Os procedimentos para aprovação dos projetos de infraestrutura no setor de transportes no âmbito do Ministério dos Transportes são disciplinados na Portaria MT nº 124, de 13.08.2013 e os

pleitos das empresas interessadas na obtenção desse benefício fiscal são analisados pela SFAT, que propõe ao Ministro dos Transportes a homologação do benefício no caso de enquadramento da solicitação na legislação vigente.

Debêntures de Infraestrutura Incentivadas

A Lei nº 12.431/2011 criou incentivo fiscal para o financiamento de investimentos privados em infraestrutura em áreas prioritárias inclusive transportes e logística. O incentivo consiste na isenção ou redução do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos na aquisição de debêntures emitidas para financiar investimentos de infraestrutura. As emissões de debêntures do setor de transportes têm sido pulverizadas com grande acesso de pessoas físicas, atingindo assim o objetivo do instrumento de fomentar o mercado de capitais para pessoas físicas.

Gestão do Fundo da Marinha Mercante – FMM

O FMM é um fundo de natureza contábil, regido pela Lei 10.893/2004, destinado a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras. O FMM é administrado pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM que conta com o apoio técnico e administrativo do Departamento da Marinha Mercante. As atribuições do CDFMM estão previstas no Decreto nº 5.269/2004, e as competências do DMM estão contidas no Decreto nº 7.717/2012.

2. Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas

2.1. Finalidade e Competências

A SFAT tem por finalidade primordial o fomento às ações ligadas ao setor de transportes. Conforme estabelecido no Capítulo I do seu Regimento Interno, compete à SFAT as seguintes atribuições:

- 1 – participar da elaboração e supervisionar a implantação das políticas e diretrizes para a captação de recursos para o setor de transportes;
- 2 – prospectar e desenvolver fontes de financiamento para o setor de transportes;
- 3 – coordenar, supervisionar e auxiliar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Financiamentos Internacionais no âmbito do Ministério;
- 4 – articular as políticas de fomento com as diferentes modalidades de investimento do setor de transportes;
- 5 – participar da elaboração e supervisionar a implementação das políticas e diretrizes para o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval;
- 6 – participar da formulação da política de aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM;
- 7 – supervisionar a execução das receitas vinculadas ao FMM e dos financiamentos concedidos para o setor de transportes;
- 8 – implantar e supervisionar a política e diretrizes de concessão no setor de transportes;
- 9 – estabelecer as diretrizes para a elaboração dos planos de outorga e propostas tarifárias;
- 10 – avaliar os planos de outorgas e instrumentos de delegação de infraestrutura de transportes para aprovação do Ministro; e
- 11 – coordenar e supervisionar as atividades inerentes à concessão, autorização e permissão de exploração da infraestrutura e de prestação de serviços de transportes.

2.2. Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento do Órgão

QUADRO A.2.2.1 - Normas e Regulamentos

Normas Relacionadas às Unidades Prestadoras de Contas Consolidadora e Consolidadas
Normas de criação e alteração das Unidades
Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no DOU de 29/05/2003. Organização dos Ministérios
Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, publicada no DOU de 05/06/2013. Altera a Lei nº 10.683, de 2003
Lei 11.434, de 28 de dezembro de 2006
Lei 11.508, de 20 de julho de 2007
Lei 10.893, de 13 de julho de 2004
Lei 11.033, de 21 de dezembro de 2004
Lei 11.488, de 15 de junho de 2007
Lei 12.350, de 20 de dezembro de 2010
Lei 12.431, de 24 de junho de 2011
Lei 12.780, de 09 de janeiro de 2013
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades
Decreto 5.269, de 10 de novembro de 2004
Decreto 5.543, de 20 de setembro de 2005
Decreto 6.144, de 03 de julho de 2007
Decreto 8.257, de 29 de maio de 2014
*Decreto nº 7.717, de 04 de abril de 2012, publicado no DOU de 05/04/2012. Aprova Estrutura Regimental do MT
Decreto 8.463, de 05 de junho de 2015
Decreto 99.658, de 30 de outubro de 1990
Resolução CNM nº 3.828, de 17 de dezembro de 2009

**Portaria/GM/MT nº 250, de 31 de outubro de 2012, publicada no DOU de 01/11/2012. Regimento Interno do MT
Portaria GM nº 020, de 10 de fevereiro de 2015
Portaria GM nº 72, de 18 de março de 2008
Portaria GM n.º 253, de 12 de março de 2009
Portaria GM n.º 260, de 12 de setembro de 2005
Portaria GM nº 430, de 30 de dezembro de 2014
Portaria SE nº 12, de 29 de abril de 2003
Portaria SE nº 16, de fevereiro de 2015
Portaria SE nº 157, de 24 de abril de 2013
Portaria DMM nº 44, de 17 de dezembro de 2014
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Prestadoras de Contas
Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT
Plano Hidroviário Estratégico – PHE
Convênios com agentes financeiros do FMM

* Este Decreto foi revogado em março de 2016, pelo Decreto 8.687/2016, que aprovou a nova Estrutura Regimental do Ministério dos Transportes.

** Em 2016, será publicada nova portaria ministerial com o novo regimento interno do Ministério dos Transportes.

2.3. Ambiente de Atuação

2.3.1. Departamento de Concessões

O Departamento de Concessões, em linha de convergência com o objetivo geral de otimizar e fomentar a participação privada nos investimentos do setor de transportes do país, vem desenvolvendo esforços no sentido ampliar a malha ferroviária, através da concessão para construção e/ou modernização de trechos ferroviários. No modal rodoviário, o Departamento de Concessões atuou no monitoramento e na ampliação do Programa de Concessão de Rodovias Federais.

De acordo com o regimento interno do Ministério dos Transportes, ao Departamento de Concessões - DECON compete, de acordo com o regimento interno:

1. Promover estudos técnicos e econômicos sobre concessões no setor de transportes;
2. Auxiliar na prospecção e desenvolvimento de fontes de recursos para o fomento do transporte terrestre e aquaviário;
3. Subsidiar a Secretaria de Fomento para as Ações de Transportes na implantação e supervisão da política de concessões do setor de transportes;
4. Analisar e submeter à Secretaria de Fomento para as Ações de Transportes os planos de outorgas encaminhados pelas agências reguladoras;
5. Analisar e submeter à SFAT os instrumentos de delegação de infraestrutura de transportes encaminhados pelos Estados;
6. Monitorar as atividades inerentes à concessão de exploração e de prestação de serviços de transportes;
7. Analisar, desenvolver e avaliar os projetos de concessão, permissão e autorização do setor de transportes; e
8. Prospectar oportunidades de concessão em transporte.

2.3.2. Coordenação-Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes- CGCAP

A CGCAP é a área específica da SFATs com a função de implantar, informar e analisar projetos enquadrados como prioritário para emissão de Debêntures, e do incentivo fiscal ao setor (REIDI), bem como dos demais incentivos creditícios:

1.1 - Coordenação de Captação de Recursos para o Desenvolvimento de Ações em Transportes - CCAP ;

1.1.1 - Serviço de Captação de Recursos – SCR;

1.2 - Coordenação de Programação e Execução Financeira – CPEF;

1.2.1 - Serviço de Programação e Execução Financeira – SEPEF;

2 - Departamento da Marinha Mercante - DMM ;

3 - Departamento de Concessões - DECON :

3.1 - Coordenação-Geral de Estruturação de Projetos – CGEP;

3.1.1 - Coordenação de Avaliação Técnica – COAT;

3.1.1.1 - Divisão de Apoio Técnico – DIAT;

3.1.2 - Coordenação de Avaliação Regulatória – COAR;

3.1.2.1- Divisão de Apoio Regulatório – DIAR;

3.2 - Coordenação - Geral de Monitoramento e Avaliação – CGMA;

3.2.1 - Coordenação de Acompanhamento de Outorgas – COACO;

QUADRO A.2.4.2 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
GAB/SFAT	1-Participar da elaboração e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes para a captação de recursos do setor de transportes. 2.-Coordenar e supervisionar as atividades inerentes à concessão, autorização e a permissão de exploração de infraestrutura de prestação de serviços de transportes. 3- Planejar, dirigir, coordenar, orientar, monitorar e avaliar a execução das atividades das subunidades que integram a SFAT.	Dino Antunes Dias Batista	Secretário	19.11.2015 até a presente data.
		Daniel Sigelmann	Secretário	12.09.2011 até 15.11.2015
				16.11.2015 a 18.11.2015 (vago)
CGCAP/CCAP	1-Supervisionar a execução das atividades relativas aos financiamentos internos e externos para o desenvolvimento dos transportes; 2-Supervisionar o atendimento aos interessados em instrumentos de fomento, bem como verificar a conformidade dos projetos de debêntures incentivadas e do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI; 3-Supervisionar as atividades de identificação de demandas e de mapeamento da cadeia produtiva do setor de transportes; e 4 – Assistir ao Secretário de Fomento na participação de Conselhos e Comitês que tratem do fomento ao setor de transportes, incluindo o Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.	Maria Nazaré Abreu Oliveira	Coordenadora	04.02.2013 até 05.01.2015
		Bruna Denise Lemes De Arruda Santoyo	Coordenadora	06.01.2015 até 04.03.2015 Vago 05.03.2015 até o presente

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
CGCAP/SCR	<p>1-Realizar as atividades relativas aos financiamentos internos e externos e aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento dos transportes;</p> <p>2-Realizar pesquisas que conduzam ao mapeamento dos agentes atuantes, cadeia produtiva e demandas de investidores no setor de transportes;</p> <p>3-Instruir os processos relativos a projetos de debêntures incentivadas e do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI;</p> <p>4 - Acompanhar os projetos beneficiados pelo incentivo previsto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, com vistas ao cumprimento ao disposto no inciso I do art. 7º do Decreto nº 7.603, de 09.11.2011; e</p> <p>5 - Acompanhar mudanças legais, operacionais e institucionais referentes à captação e aplicação de recursos destinados ao financiamento de ações em transportes.</p>	Flávia Enedina Faray Melo	Chefe de Serviço	13.04.2012 até o presente
CGCAP/CPEF	<p>1 - Coordenar as atividades de programação financeira, gestão do fluxo de caixa, empenho e pagamento das inversões financeiras do Fundo de Marinha Mercante – FMM.</p>	Leonardo Machado Xavier	Coordenador	13.04.2012 até o presente
CGCAP/SEPEF	<p>1 – Supervisionar as atividades de programação financeira, emissão, anulação e reforço de empenho, bem como de pagamento e devolução de recursos relativos aos contratos de financiamento do Departamento da Marinha Mercante - DMM;</p> <p>2 – Elaborar relatórios gerenciais consolidados sobre a execução financeira dos contratos de financiamento do Departamento da Marinha Mercante - DMM; e</p> <p>3 – Proceder à análise e o acompanhamento da legislação e a revisão dos convênios do FMM com os agentes financeiros.</p>	Adolfo Jorge De Almeida	Chefe de Serviço	04.02.2013 até o presente
DMM	<p>1 – Promover estudos técnicos e econômicos sobre a marinha mercante e a indústria naval;</p> <p>2 – Auxiliar na prospecção e desenvolvimento de fontes de recursos para o fomento da marinha mercante e da indústria naval;</p> <p>3 – Subsidiar a Secretaria de Fomento para as Ações de Transportes na implantação e</p>	<p>Gustavo Sampaio De Arrochela Lobo</p> <p>Laira Vanessa Lage Gonçalves</p>	<p>Diretor</p> <p>Diretora</p>	<p>06.09.2011 até 16.03.2015</p> <p>17.03.2015 até o presente</p>

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	supervisão da política de aplicação dos recursos do FMM; 4 – Monitorar a liberação ou recebimento de recursos junto aos agentes financeiros, relativos aos contratos de financiamento do FMM; 5 – Monitorar a execução de convênios, firmados com agentes financeiros do FMM; 6 – Supervisionar a execução orçamentária, financeira e física dos recursos no âmbito do FMM; 7 – Prover assistência técnica e administrativa ao Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; 8 – Analisar e emitir parecer técnico sobre projetos a serem desenvolvidos e implantados com recursos do FMM; 9 – Acompanhar a arrecadação e a aplicação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e das demais receitas do FMM; e 10 – Monitorar e avaliar os projetos financiados pelo FMM.	Ana Maria Assunção Rosa	Gerente de Projeto	30/10/2014 até o presente.
		Sílvio Batista Ferreira	Gerente de Projeto	10/04/2014 até 14/09/2015
		Mauricio Drumond Uzeda		14/09/2015 até o presente.
	1 - Promover estudos técnicos e econômicos sobre concessões no setor de transportes; 2 - Auxiliar na prospecção e desenvolvimento de fontes de recursos para o fomento do transporte terrestre e aquaviário; 3 - Subsidiar a Secretaria de Fomento para as Ações de Transportes na implantação e supervisão da política de concessões do setor de transportes; 4 - Analisar e submeter à Secretaria de Fomento para as Ações de Transportes os planos de outorgas encaminhados pelas agências reguladoras; 5 - Analisar e submeter à Secretaria os instrumentos de delegação de infraestrutura de transportes encaminhados pelos Estados; 6 - Monitorar as atividades inerentes à concessão de exploração e de prestação de serviços de transportes; 7 - Analisar, desenvolver e avaliar os projetos de concessão, permissão e autorização do setor de transportes; e 8 - Prospectar oportunidades de concessão em transportes.	Laira Vanessa Lage Gonçalves	Gerente de Projeto	22/09/2014 até 17/03/2015
		Tatiana Paranhos Cerqueira de Macau		01/04/2015 até o presente
DECON		Dino Antunes Dias Batista	Diretor	24.10.2011 até 18.11.2015
		Fábio Luiz de Lima Freitas	Diretor	19.11. 15 a 16.12.15 (vago)
				17.12.2015 até o presente

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DECON/CGEP	<p>1 – Coordenar e supervisionar a avaliação técnica e econômica dos projetos de concessão, permissão e autorização dos segmentos da infraestrutura viária e da prestação dos serviços de transportes, bem como de seus planos de outorga;</p> <p>2 – Supervisionar os estudos técnicos e econômicos dos projetos de inclusão de obras e encargos em outorgas vigentes;</p> <p>3 – Planejar, coordenar, acompanhar e orientar as atividades relacionadas a estudos técnicos e econômicos relativos à definição de tarifas, preços e fretes para o setor de transportes;</p> <p>5 – Coordenar, acompanhar e orientar as atividades relacionadas à elaboração dos editais de licitação para concessão e permissão para exploração da infraestrutura e prestação de serviços de transportes; e</p> <p>6 – Coordenar a avaliação dos instrumentos de delegação de infraestrutura de transportes encaminhados pelos Estados.</p>	Karênina Martins Teixeira Dian	Coordenadora Geral	30.10.2014 até o presente
DECON/COAT	<p>1 – Coordenar as avaliações técnicas dos projetos com participação da iniciativa privada nos segmentos da infraestrutura viária e da prestação dos serviços de transportes, bem como de seus planos de outorgas; e</p> <p>2 – Coordenar os estudos técnicos dos projetos de inclusão de obras e encargos em outorgas vigentes.</p>	Maurício Drummond Uzeda	Coordenador	30.10.2014 até 14.09.2015 15.09.2015 até 31.12.2015 Vago
DECON/DIAT	<p>1 – Subsidiar as avaliações técnicas dos projetos com participação da iniciativa privada nos segmentos da infraestrutura viária e da prestação dos serviços de transportes, bem como de seus planos de outorga; e</p> <p>2 – Subsidiar os estudos técnicos dos projetos de inclusão de obras e encargos em outorgas vigentes.</p>	Aline Teixeira Eleutério	Chefe de Divisão	30.10.2014 até 06.01.2016
DECON/COAR	<p>1 – Coordenar as avaliações econômicas e regulatórias dos projetos com participação da iniciativa privada dos segmentos da infraestrutura viária e da prestação dos serviços de transportes, bem como de seus planos de outorga; e</p> <p>2 – Coordenar os estudos econômicos e regulatórios dos projetos de inclusão de obras e encargos em outorgas vigentes.</p>	Jefferson Vasconcelos Santos	Coordenador	13.04.2012 até 30.09.2015 01.10.2015 até 31.12.2015 Vago
DECON/DIAR	<p>1 – Subsidiar as avaliações econômicas e regulatórias dos projetos com participação da</p>	Gentil Eduardo Cunha Melo	Chefe de Divisão	30.10.2014 até 24.08.2015

Áreas/ Subunidades Estratégicas (SIGLA)	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	iniciativa privada dos segmentos da infraestrutura viária e da prestação dos serviços de transportes, bem como de seus planos de outorga; e 2 – Subsidiar os estudos econômicos e regulatórios dos projetos de inclusão de obras e encargos em outorgas vigentes.	Sean Bittencourt Lacerda	Chefe de Divisão	25.08.2015 até 15.09.2015 Vago 16.09.2015 até o presente
DECON/CGMA	1 – Coordenar o monitoramento e a avaliação das outorgas vigentes no setor de transportes terrestres; 2 – Coordenar monitoramento e a avaliação das delegações de infraestrutura de transportes para os Estados; e 3 – Coordenar o monitoramento das tarifas, preços e fretes aplicados nas outorgas vigentes no setor de transportes terrestres.	Henrique Oliveira Mendes	Coordenador Geral	30.10.2014 até o presente
DECON/COACO	1 – Acompanhar as concessões, permissões e autorizações vigentes nos segmentos da infraestrutura viária e na prestação dos serviços de transportes; e 2 – Monitorar as delegações de infraestrutura de transportes para os Estados.	Regina Lúcia Arrais da Silva	Coordenadora	30.10.2014
DECON/DIASE	1 – Acompanhar os aspectos técnicos, econômicos e regulatórios das outorgas vigentes no setor de transportes terrestres, inclusive aquelas vinculadas a Estados ou Municípios; e 2 – Subsidiar o Departamento de Concessões com informações setoriais para a implantação e supervisão da política de concessões do setor de transportes.	Soraia Fucina Amaral	Chefe de Divisão	15.09.2014 até o presente

Fonte: Portaria GM nº 250, de 31 de outubro de 2012.

2.5. Macroprocessos Finalísticos

Ministério dos Transportes tem como macroprocessos finalísticos: a gestão do planejamento de transportes e do monitoramento de empreendimentos públicos; o acompanhamento dos empreendimentos concedidos e a ação de fomento, em especial na área de marinha mercante.

Dos macroprocessos do Ministério dos Transportes, dois são de responsabilidade da Secretaria de Fomento:

- Fomento às ações de transportes
- Acompanhamento dos empreendimentos concedidos de infraestrutura e serviços de transportes

O fomento inclui ações para operacionalização, acompanhamento, controle e gestão relativos à:

- Captação de recursos pelo Ministério dos Transportes e suas entidades supervisionadas para o desenvolvimento do setor por meio de financiamentos junto aos organismos internacionais;
- Gestão dos incentivos fiscais ao setor transportes; e
- Gestão do Fundo da Marinha Mercante.

Já o acompanhamento dos empreendimentos concedidos inclui um conjunto de ações de supervisão e atividades de apoio às entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes para a realização de concessões no setor de transportes de competência do Ministério.

A seguir são descritas as ações e atividades realizadas pelas unidades da SFAT para os Macroprocessos em questão:

QUADRO A.2.5.1 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Fomento às ações de transportes	Captação de recursos, gestão dos incentivos fiscais e gestão do Fundo da Marinha Mercante	Gerir incentivos fiscais, aprimoramento das políticas e a construção de embarcações e estaleiros	Concessionárias e empresas brasileiras de navegação	CGCAP DMM
Acompanhar Empreendimentos Concedidos de Infraestrutura e Serviços de Transportes	Gerir Concessões Federais; Gerir Concessões em Infraestrutura delegada de transportes	Planejamento, Coordenação e acompanhamento dos empreendimentos concedidos de infraestrutura	Empresas e usuários do setor de transportes.	DECON

2.5.1. Fomento das Ações de Transportes

No tocante às ações de fomento, as atividades objetivam viabilizar financiamentos para o setor transportes, tanto para investimentos a serem feitos por agentes privados, como para ações do Ministério dos Transportes e suas entidades vinculadas junto a organismos internacionais; gerir pleitos de aprovação de projetos para fins de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI e para emissão de debêntures de infraestrutura incentivadas; gerir recursos do Fundo de Marinha Mercante - FMM e gerir financiamentos do FMM.

Em linha com a necessidade de fomento para o desenvolvimento de projetos prioritários na área de transportes, estas atividades foram continuadas em 2015 com a execução de dois importantes instrumentos de incentivo fiscal e captação de recursos para o fomento de projetos de infraestrutura: REIDI e debêntures incentivadas.

No caso do REIDI, o regime se aplica para investimentos em rodovias, hidrovias e ferrovias, inclusive locomotivas e vagões. Desde a criação do incentivo até dezembro de 2015, foram aprovados pelo Ministério dos Transportes 35 projetos de investimentos para o setor. O valor estimado do benefício associado aos projetos aprovados totalizou R\$ 2,65 bilhões.

No exercício de 2015, foram aprovados 04 projetos de enquadramento ao REIDI. O valor estimado das obras previstas nos projetos totalizou R\$ 4,92 bilhões que, por sua vez, deverá proporcionar uma redução dos custos do investimento, pela desoneração tributária, de R\$ 200,8 milhões, conforme estimativa das empresas beneficiárias.

Em relação a aprovação de projetos para fins de emissão de debêntures incentivadas, em 2015 foram aprovados pelo Ministério dos Transportes 13 projetos de investimentos em infraestrutura de transportes. O valor previsto das emissões totalizou R\$ 5,12 bilhões. Do conjunto de projetos aprovados pelo Ministério dos Transportes, 05 emissões foram realizadas no ano de 2015, correspondente à captação total de R\$ 2,5 bilhões.

A Coordenação-Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes-CGCAP é responsável pelo gerenciamento do processo de concessão do REIDI, que inclui o recebimento e análise dos pleitos de enquadramento de projetos de investimento ao benefício fiscal do REIDI, sendo que esta aprovação do projeto é pré-requisito para a habilitação do proponente junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Na execução das atividades relativas a esse processo de trabalho, a CGCAP analisa a documentação enviada pelo interessado e, caso esteja em conformidade com o disposto na Portaria MT nº 124/2013 e no Decreto nº 6.144/2007, encaminha o pleito para Consultoria Jurídica do MT para avaliação das questões legais, que por sua vez, não tendo óbice Jurídico, emite Parecer com indicação ao Ministro dessa Pasta, para o enquadramento do Projeto no REIDI.

Para finalização desse processo, no âmbito do Ministério dos Transportes, é publicada portaria ministerial, aprovando o enquadramento no REIDI. Após a publicação desta Portaria pelo Ministro dos Transportes, o interessado deve requerer a sua habilitação ao REIDI na Secretaria da Receita Federal do Brasil, que é quem detém a competência para acompanhar a execução financeira dos benefícios fiscais.

Em relação à captação de recursos para investimentos em transportes, a CGCAP também é responsável pelo recebimento e análise dos pleitos de enquadramento de projetos de investimento para emissão de debêntures incentivadas, ao amparo da Lei nº 12.431/2011 e alterações. (a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 foi alterada pela Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014).

A referida Lei instituiu isenção ou redução do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos na aquisição, por pessoas físicas e jurídicas, de debêntures emitidas por empresas privadas para financiar investimentos de infraestrutura. Neste sentido, o Decreto nº 7.603/2011 definiu como prioritárias as áreas de transportes e logística. O incentivo constitui-se de importante instrumento para fomentar a ampliação da captação de recursos privados para o financiamento de investimentos em infraestrutura no país.

2.5.2. Acompanhamento de Empreendimentos concedidos de Infraestrutura e Serviço de Transportes.

Já em relação ao acompanhamento de empreendimentos concedidos, de infraestrutura e de serviços de transportes, as atividades são exercidas pelo Departamento de Concessões e revertem-se nos seguintes processos: definir concessões; estruturar concessões; acompanhar a contratação das concessões; monitorar concessões; conceder convênios de delegação; e monitorar acordos de delegação.

Por meio do Programa de Investimentos em Logística - PIL, que tem como objetivo específico melhorar a infraestrutura de transportes do país, promovendo a integração entre os modais, as concessões realizadas resultarão na duplicação dos principais eixos rodoviários; na redução de custos de transporte e no aumento da competitividade dos produtos transportados. No setor de ferrovias, as atividades estão voltadas à expansão da capacidade da malha ferroviária.

Em 2015, no setor rodoviário, foi realizada com sucesso a licitação para concessão da Ponte Rio Niterói, correspondente à extensão de 13,2 km, totalizando 4886 km de novas concessões no

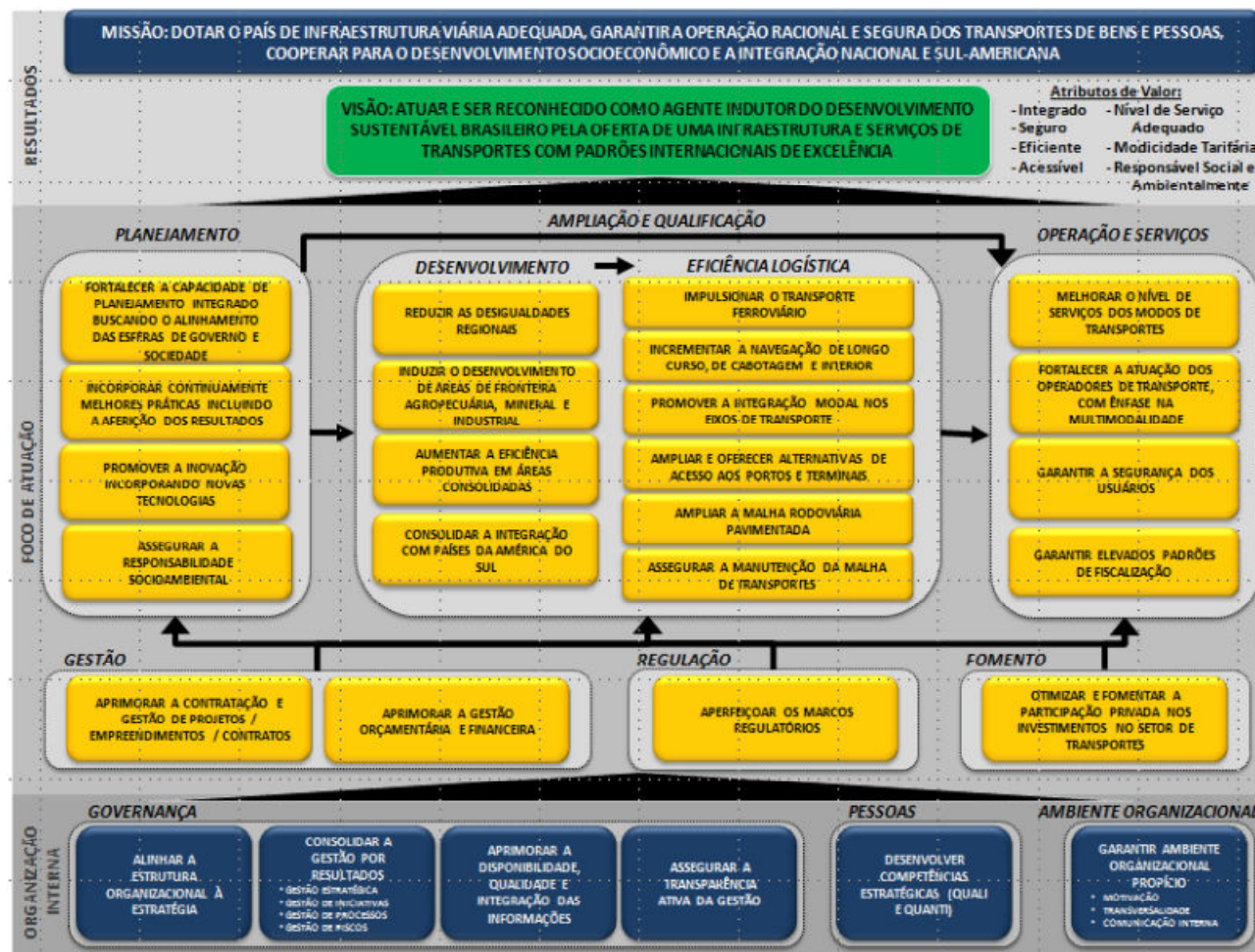
âmbito do PIL, cujo montante deve atingir R\$ 18,3 bilhões nos próximos 5 anos e R\$ 32,7 bilhões no prazo de 30 anos.

Em 09 de junho de 2015, o Governo Federal lançou a nova etapa de concessões do PIL, que prevê investimentos de R\$ 66,1 bilhões em rodovias e R\$ 86,4 bilhões em ferrovias.

A nova etapa de concessões rodoviárias será dividida em três eixos: realização de quatro leilões já previstos no PIL 2012, 11 novos projetos e investimentos em concessões já existentes. Para o setor ferroviário, a nova etapa do PIL prevê investimentos de R\$ 86,4 bilhões, sendo em concessões de quatro trechos ferroviários nacionais; a ferrovia Bioceânica; e em novos investimentos em concessões existentes.

3. Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

Visando a Modernização da Gestão do Ministério dos Transportes em 2012 deu-se início a implantação do Programa Modernizando a Gestão Pública – PMGP. Por meio deste programa e utilizando a metodologia *Balanced Scorecard* – BSC foi desenvolvido o Mapa Estratégico do Sistema Transportes.



3.1. Planejamento Organizacional

Em razão da SFAT integrar a estrutura organizacional do Ministério dos Transportes, seu Planejamento Organizacional visa à condução das iniciativas estabelecidas no Planejamento Estratégico 2013 – 2015 do Ministério, e objetivos relacionados a programas temáticos estabelecidos no PPA 2012-2015, atinentes às suas atribuições.

Ao longo de 2015, houve o acompanhamento trimestral dos indicadores validados na 4ª Reunião de Acompanhamento da Estratégia – R.A.E realizada em dezembro de 2014, relacionados ao Planejamento Estratégico 2013 – 2015.

No que tange às iniciativas estratégicas, ocorreram reuniões da Secretária Executiva e Equipe do Planejamento Estratégico com as secretarias finalísticas e com as unidades vinculadas do Ministério dos Transportes com o intuito de atualizar o portfólio de iniciativas estratégica do sistema transporte para o horizonte 2016-2018. Nessas reuniões foi apresentada a nova sistemática de acompanhamento das iniciativas pelo planejamento estratégico a ser implementada em 2016.

O Novo Portfólio de Iniciativas Estratégicas da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes segue na tabela abaixo.

QUADRO A.3.1 – Iniciativas Estratégicas/SFAT

ÓRGÃO	Iniciativas Estratégicas
SFAT	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver a navegação de cabotagem 2. PMI Rodovias 3. PMI Ferrovias

3.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

As iniciativas estratégicas da SFAT estão alinhadas com suas respectivas competências, estabelecidas em Decretos e Portarias e, portanto, com seus macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos do Mapa Estratégico do Sistema Transportes.

As iniciativas de Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI rodovias e ferrovias têm por objetivo melhorar o processo de estudos e participação de interessados no processo de licitação e contratação das concessões ferroviárias, que por sua vez tem o objetivo de modernizar a rede de infraestrutura proporcionando uma logística mais eficiente.

3.1.1.1 - Departamento de Concessões

O Departamento de Concessões, em linha de convergência com o objetivo geral de otimizar e fomentar a participação privada nos investimentos do setor de transportes do país, vem desenvolvendo esforços no sentido ampliar a malha ferroviária, através da concessão para construção e/ou modernização de trechos ferroviários. No modal rodoviário, o Departamento de Concessões atuou no monitoramento e na ampliação do Programa de Concessão de Rodovias Federais.

Para tanto, as iniciativas do DECON, PMI Rodovias e PMI Ferrovias, estão sendo desenvolvidas desde 2014 com previsão de conclusão em 2016.

No âmbito da iniciativa estratégica PMI Rodovias para os trechos rodoviários já previstos no PIL 2012, em 2015 foram feitos o acompanhamento e a seleção do melhor estudo para cada trecho (BR 476 – fev/15; BR 163 – jun/15; BR 364/060 – jun/15; BR 364 GO/MG – jun/15)

Os novos projetos rodoviários correspondem aos seguintes trechos rodoviários:

- BR – 101/232/PE - construção do Arco Metropolitano do Recife, melhoria do acesso ao Porto de Suape, e duplicação para Cruzeiro do Nordeste
- BR – 101/BA - duplicar trecho Feira de Santana/Gandu e melhorar o transporte de cargas entre Nordeste e Sudeste
- BR – 262/381/MG - duplicar trecho Belo Horizonte/Divisa ES, melhorar a segurança e reduzir custos
- BR – 101/493/465/RJ/SP - ampliação de capacidade do trecho Rio-Santos até Ubatuba, via de turismo, com concessão do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro
- BR – 470/282/SC - duplicar trecho que liga a região agroindustrial de SC aos portos do Arco Sul
- BR – 280/SC - melhorar escoamento da safra e produção industrial de SC pelos portos do Arco Sul

- BR – 101/SC - ampliar capacidade e melhorar a segurança da via
- BR – 101/116/290/386/RS - duplicar a Rodovia da Produção até Carazinho, duplicar trecho Porto Alegre-Camaquã e garantir qualidade na Freeway
- BR – 267/MS - duplicar ligação MS/Divisa SP e reduzir custos para o escoamento da produção agropecuária pelos portos do Arco Sul
- BR – 262/MS - duplicar ligação Campo Grande/Divisa com SP e reduzir custos para o escoamento da produção agropecuária pelos portos do Arco Sul
- BR – 364/RO/MT - melhorar a integração das regiões produtoras de grãos do MT e de RO à hidrovía do Rio Madeira

Para os 11 novos projetos, em 2015 foram cumpridas as seguintes etapas:

- Lançamento do Edital de Chamamento – em junho de 2015
- Reunião inicial para dúvidas – em julho de 2015
- Instituição da Comissão de Seleção – em setembro de 2015
- Manifestação de Interesse – em julho de 2015
- Análise da qualificação das empresas / cronograma e valores de ressarcimento – em julho de 2015
- Acompanhamento Estudos PMIs – desde o processo de autorização

No âmbito da iniciativa de PMI Ferrovias, o DECON atuou no acompanhamento de estudos de viabilidade para subsidiar as licitações de novas concessões. O Governo Federal planeja cinco trechos para concessão ferroviária:

1. Lucas do Rio Verde/MT – Sinop/MT – Miritituba/PA (com estimados 1.100 km – a construir);
2. Ouro Verde de Goiás/GO – Estrela d’Oeste/SP (682 km – em obras), integrante da Ferrovia Norte Sul, e trecho Estrela d’Oeste/SP – Três Lagoas/MS (285 km – a construir), totalizando 967 km;
3. Porto Nacional/TO – Anápolis/GO (855 km – concluído) e Açailândia/MA – Barcarena/PA (575 km – a construir), totalizando cerca de 1.430 km, ambos integrantes da Ferrovia Norte Sul;
4. Rio de Janeiro – Espírito Santo, com aproximadamente 580 km; e
5. Campinorte/GO – Lucas do Rio Verde/MT – Sapezal/MT – Porto Velho/RO – Peru, integrantes da Ferrovia Bioceânica, com aproximadamente 3.500 km, a construir no lado brasileiro, cuja conexão ao litoral peruano permitirá acesso aos mercados asiáticos. Já se encontra concluído o Projeto Básico para o trecho Lucas do Rio Verde/MT - Campinorte/GO (900 km).

Os estudos acompanhados em 2015 pelo mecanismo de PMI para ferrovias referem-se a editais de Chamamento Público lançados em Junho de 2014, para os seguintes trechos:

- Ferrovia Açailândia/MA – Barcarena/PA;
- Ferrovia Estrela d'Oeste/SP – Três Lagoas/MS;
- Ferrovia Sinop/MT – Miritituba/PA

Ainda nestas iniciativas, já foram concluídas as análises e seleções dos estudos relativos aos seguintes trechos:

- Ferrovia Estrela D'Oeste/SP – Três Lagoas/MS;
- Ferrovia Sinop/MT – Miritituba/PA.

Durante a elaboração dos estudos ferroviários as empresas solicitaram prorrogação da data de entrega dos estudos. Os prazos de entrega dos estudos foram prorrogados pelas Portarias nº 22, de 18 de fevereiro de 2015, nº 140, de 30 de junho de 2015; nº 202 e 203, de 7 de agosto de 2015 e nº 237, de 1º de setembro de 2015.

3.1.1.2 - Departamento da Marinha Mercante

Além de contribuir para os objetivos do Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes o DMM também atua para o atingimento dos objetivos definidos no PPA 2012 – 2015.

O objetivo do Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes para o qual a SFAT/DMM contribui é o fomento a participação privada nos investimentos no setor de transportes. No Planejamento Estratégico o DMM contribuirá com a iniciativa Desenvolvimento da Navegação de Cabotagem, que consiste no Diagnóstico sobre os entraves ao crescimento da cabotagem, e apresentação de Proposta de Ações, orientadas ao crescimento deste modal.

No âmbito do PPA as atividades do DMM, visam modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior. Inerentes a esses objetivos foram estabelecidas metas de fomentar a construção de 12 estaleiros e a contratação R\$ 24,5 bilhões de projetos para construção de embarcações, por meio de financiamentos com recursos do FMM.

Como meta regionalizada também foram estabelecidos o desenvolvimento de vetores Logísticos Amazônico (01), Centro-Sudeste (02), Leste (04), Nordeste Setentrional (02) e Sul (03).

3.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Em outubro de 2014 foi publicada a Portaria SE/MT nº 252, que dispõe sobre a execução do Planejamento Estratégico no âmbito do Ministério dos Transportes. De acordo com esta Portaria o Secretário de Política Nacional de Transportes – SPNT foi designado para supervisionar o Programa Modernizando a Gestão Pública no Ministério dos Transportes - PMGP/MT, dando continuidade à agenda de gestão desenvolvida.

Dentre as iniciativas definidas para o novo portfólio de iniciativas da SFAT, duas são de responsabilidade do Departamento de Concessões - DECON, e uma do Departamento da Marinha Mercante - DMM.

No âmbito da SFAT/MT o Planejamento Estratégico foi implementado e seu monitoramento é feito pela SPNT/MT. Em 2015, além de atualizar o portfólio de iniciativas estratégicas, houve o acompanhamento dos indicadores validados na 4ª R.A.E realizada em dezembro de 2014.

Os indicadores apresentam uma periodicidade trimestral de cálculo, conforme apresentado no quadro a seguir.

QUADRO A.3.1.2.1 - Metas e indicadores SFAT

Indicador	Unid.	Realizado 2014		Realizados até				Meta 2015
				1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	
Volume do investimento privado no setor de transportes	Bilhões	FMM	R\$ 4,4	R\$ 0,3	R\$ 1,8	R\$ 3,0	R\$ 5,0	R\$ 22,9
		Ferrovias	R\$ 6,1	R\$ 1,5	R\$ 3,1	R\$ 5,1	R\$ 7,7	
		Rodovias	R\$ 5,8	R\$ 0,8	R\$ 2,7	R\$ 4,0	R\$5,2 ¹	
		Total	R\$ 16,30	R\$ 2,6	R\$ 7,6	R\$ 12,1	R\$17,9	
Km de rodovias e ferrovias concedidos no ano período de análise	Km	Rodovias	4436	0	13,2	13,2	13,2	2640
		Ferrovias	0	0	0	0	0	2420
		Total	4436	0	13,2	13,2	13,2	5060
Km de rodovias federais concedidas duplicadas	Km	70,0		30,65	95,45	288,32	391,14	846
Volume dos projetos FMM priorizados	Bilhões	R\$ 10,3		R\$ 0	R\$ 1,70	R\$ 1,70	R\$ 5,26	R\$ 11,8
Volume dos projetos FMM contratados	Bilhões	R\$ 2,9		R\$ 0,70	R\$ 2,50	R\$ 2,70	R\$ 3,2	R\$ 3,8 ²

Fonte: SFAT

Observações:

¹ Os valores de investimentos em rodovias só serão fechados em março de 2016, conforme a ANTT.

² A meta estabelecida originalmente de R\$ 19,2 bi foi revisada em razão dos cortes no plano de negócios da Petrobrás e dificuldades em concretizar as contratações de financiamento em razão da estruturação de garantias por parte das empresas que tiveram projetos priorizados pelo CDFMM.

3.1.3. Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

De forma geral as iniciativas estratégicas da SFAT estão alinhadas com os macroprocessos finalísticos da secretaria. As iniciativas de desenvolver a navegação de cabotagem e fomento da participação privada no setor hidroviário compreendem o macroprocesso de fomentar as ações de transportes e as iniciativas de PMI rodovias e Ferrovias e Prospecção de Novas Concessões Rodoviárias e Ferroviárias o macroprocesso de promover o acompanhamento de empreendimentos concedidos de infraestrutura de transportes.

As iniciativas também vão ao encontro dos Objetivos estratégicos do Mapa Estratégico do Sistema Transportes, de “Incrementar a navegação de longo curso, de cabotagem e interior”; e “Aprimorar a contratação e gestão de projetos / empreendimentos / contratos”, conforme quadro abaixo.

QUADRO A.3.1.2.1 –Iniciativas SFAT 2016

Objetivo Estratégico	Iniciativa Estratégica
Incrementar a navegação de longo curso, de cabotagem e interior	Desenvolver a navegação de cabotagem
Aprimorar a contratação e gestão de projetos / empreendimentos / contratos	PMI Rodovias
	PMI Ferrovias

Fonte: SFAT

A atuação do DMM/SFAT é orientada para o alcance dos objetivos do Planejamento Estratégico 2013 – 2015 do Ministério dos Transportes, que foi elaborado com referência ao PPA 2012 – 2015, assim como execução das competências atribuídas a esta Secretaria pelo Decreto nº 7.717 de 2012 e Portaria GM nº 250 de 2012.

3.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos

O Planejamento Estratégico do Sistema Transporte possui 48 indicadores que estão em processo de revisão. Desse montante, cinco são calculados pela SFAT com o auxílio de algumas informações da ANTT e do FMM. São eles:

- Volume de investimento privado no setor de transporte
 - Objetivo: Acompanhar o avanço da participação do setor privado nos investimentos realizados no setor de transportes
 - Fórmula: Somatório dos valores investidos pelas concessionárias rodoviárias, das concessionárias ferroviárias e as liberações do fundo da marinha mercante
 - Frequência: trimestral
 - Unidade: R\$ bilhões

- Km de rodovias e ferrovias concedidos no ano de análise
 - Objetivo: acompanhar a evolução das malhas rodoviárias e ferroviárias concedidas no país e acompanhar o andamento dos processos de concessão
 - Fórmula: somatório dos quilômetros de rodovias e ferrovias que tiveram seus contratos de concessão assinados no período de análise
 - Frequência: trimestral
 - Unidade: km

- Km de rodovias federais concedidas duplicadas
 - Objetivo: acompanhar a evolução de duplicação das rodovias federais concedidas, um das finalidades das concessões
 - Fórmula: somatório de km duplicados nas rodovias federais concedidas no período de análise.
 - Frequência: trimestral
 - Unidade: km
 - Volume dos projetos FMM priorizados
 - Objetivo: acompanhar a demanda declarada do mercado por ações de fomento à construção, modernização e ampliação de embarcações e estaleiros com recursos do FMM.
 - Fórmula: somatório dos valores dos projetos priorizados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM
 - Frequência: trimestral
 - Unidade: R\$ bilhões

- Volume dos projetos FMM contratados
 - Objetivo: acompanhar a evolução do processo de fomento à construção, modernização e ampliação de embarcações e estaleiros com recursos do FMM
 - Fórmula: somatório dos valores de projetos priorizados pelo CDFMM e contratados pelos agentes financeiros. Considerar o valor total do projeto e não o valor do financiamento
 - Frequência: trimestral
 - Unidade: R\$ bilhões

A aferição dos resultados dos indicadores das ações vinculadas as atribuições da SFAT, relacionadas ao objetivo estabelecido no Planejamento Estratégico 2013 – 2015 do Ministério dos Transportes, é realizada trimestralmente e encaminhada para consolidação da SPNT/MT.

O monitoramento quanto as ações realizadas pela SFAT, vinculadas ao PPA 2012 - 2015, são realizadas semestralmente pela alimentação do dados de desempenho no sistema SIOP.

3.3. Desempenho Orçamentário

A avaliação do desempenho orçamentário da SFAT está inserido na avaliação no âmbito do Ministério dos Transportes. Entretanto, o Fundo da Marinha Mercante, cuja execução financeira é realizada por intermédio da atuação do Departamento da Marinha Mercante, é destaca neste relatório por se tratar de Unidade Gestora específica.

3.3.1. Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados

Instituído pela Lei nº 12.593 de 2012, o Plano Plurianual para o Período 2012 a 2015 define diretrizes, objetivos e metas que refletem as políticas públicas e a organização da atuação governamental por meio de Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Na execução do PPA 2012 – 2015, a SFAT atuou em apoio ao MT na consecução de Iniciativas associadas aos Programas Temáticos 2072 – Transporte Ferroviário, 2073 – Transporte Hidroviário e 2075 – Transporte Rodoviário.

No âmbito do Programa Temático 2055 – Desenvolvimento Produtivo, coube ao MT a responsabilidade pelo Objetivo 0757 definido como Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

O alcance deste Objetivo está relacionado a Iniciativas conduzidas pelo Departamento da Marinha Mercante.

Para o acompanhamento da execução deste Objetivo foram estabelecidos as metas de fomentar a construção de 12 estaleiros e contratação de financiamento de R\$ 24,5 bilhões em projetos voltados a construção de embarcações.

Considerando o horizonte de vigência do PPA 2012-2015, os resultados obtidos foram:

- O valor total de contratação de financiamento para projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) totalizaram R\$ 23,75 bilhões, correspondentes a 96,93% da meta estabelecida de R\$ 24,5 bilhões;

- Durante o período foram concluídos 8 projetos em estaleiros que contaram com apoio financeiro do FMM. Os demais projetos previstos foram iniciados, mas tiveram sua conclusão reprogramada para conclusão em 2016. Assim, embora se tenha alcançado 66,6% da meta, há perspectiva de conclusão em curto prazo.

- Em relação as metas regionalizadas ao desenvolvimento dos vetores logísticos foram realizados (01) projeto no vetor logísticos Amazônico, (01) vetores logísticos Centro-Sudeste, (03) vetores logísticos Leste, (02) vetores logísticos Nordeste Setentrional e (01) vetores logísticos Sul.

Para a execução dos gastos associadas ao alcance do Objetivo 0757, pela publicação da Lei 13.115 de 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015, foi definido o planejamento orçamentário para a Ação 0118 – Financiamento à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval, cuja dotação inicial autografada foi de R\$6.291.463.885,00.

Ao término do exercício 2015 foram efetivamente pagos empenhos que somam R\$4.993.073.704,30 que denotam a realização de 79,4% do previsto.

A execução física e financeira da Ação 0118 está detalhada no item 3.3.1 deste Relatório de Gestão.

O alcance das Metas estabelecidas para o Objetivo 0757 do PPA 2012-2015 foi prejudicado por mudanças abruptas no cenário econômico nacional e internacional, relacionados com a queda do preço do barril de petróleo e revisão do plano de investimentos da Petrobras que teve reflexos na busca do FMM como linha de financiamento para projetos de construção naval.

3.3.2. Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

A Lei Orçamentária do Exercício 2015 designou à SFAT/DMM a execução de Ações relativas ao Programa Temático 2055 – Desenvolvimento Produtivo e ao Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, código 2126, assim detalhadas:

- Programa 2055:
 - Ação 0118 – Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante
- Programa 2126:
 - Ação 0095 – Ressarcimento de valores provenientes das parcelas previstas no artigo 8º, incisos ii e iii do Decreto Lei nº 2.404/87, modificado pela Lei nº 10.893/04, que deixarão de ser recolhidos em razão da não incidência do AFRMM.
 - Ação 09FC – Incentivo destinado as empresas brasileiras de navegação, mediante crédito na conta vinculada, de R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos de real) para cada R\$ 1,00 (um real) do AFRMM gerado na navegação de cabotagem ou no transporte de granéis na navegação de longo curso, bem como na navegação fluvial e lacustre no transporte de granéis líquidos nas regiões Norte e Nordeste, por embarcações construídas em estaleiro brasileiro com tripulação brasileira e entregues a partir de 26 de março de 2004.

- Ação 09JF – Pagamento de subvenção ao prêmio do seguro-garantia modalidade executante construtor, durante a construção de embarcações financiadas.
- Ação 2000 – Ação que tem a finalidade de constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da união, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em Ações Finalísticas.

Os valores autografados, na Lei 13.115 de 2015, para cada uma das ações estão resumidos no quadro a seguir:

QUADRO A.3.3.2 – Ações da Lei Orçamentária Anual Valores em R\$

Programa	Ação	Fonte 135	Fonte 180	Total
2055	118	3.026.798.864,00	3.264.665.021,00	6.291.463.885,00
2126	95	-	220.000.000,00	220.000.000,00
2126	09FC	-	13.088.000,00	13.088.000,00
2126	09JF	-	1.000.000,00	1.000.000,00
2126	2000	-	9.341.400,00	9.341.400,00
Total geral		3.124.836.614,00	3.508.094.421,00	6.632.931.035,00

Fonte: Tesouro Gerencial

3.3.2.1. Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante – Ação 0118

O DMM/SFAT obteve resultados em 2015 em níveis semelhantes aos anos anteriores, em se tratando de liberação de recursos e entrega de embarcações. A busca por financiamento com recursos do FMM para projetos voltados a navegação interior vem aumentando nos últimos anos, principalmente em razão dos projetos relacionados com o Arco Norte, corredor logístico para escoamento de cargas da região Centro-Oeste por via fluvial.

De janeiro até dezembro de 2015, foram entregues 71 embarcações e mais 2 projetos em estaleiros. No mesmo período o CDFMM priorizou 342 projetos, entre construção e renovação de embarcações e estaleiros, da ordem de R\$ 5,3 bilhões.

QUADRO A.3.3.2.1 – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0118		Tipos: Op. Especiais			
Título	Financiamento à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval					
Iniciativa	0305 - Fomento ao desenvolvimento da marinha mercante e a Indústria Naval Brasileira					
Objetivo	Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, Código: 0757 de cabotagem e navegação interior.					
Programa	Desenvolvimento Produtivo		Código: 2055		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	74904 - Recursos sob supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério dos Transportes					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não

						Processados	
6.291.463.885,00	6.291.463.885,00	5.016.410.178,31	5.016.410.178,31	4.993.073.704,3	23.336.474,01	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Projetos de embarcações concluídos				unidade	75		71
Projetos de estaleiros concluídos				unidade	6		2
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00				

Fonte: DMM/SFAT

Obs.: Foram inscritos em Restos a Pagar processados de 2014 para 2015 no valor de R\$ 537.233.422,02. Todo esse valor foi cancelado em 2015.

3.3.2.2. Ações/Subtítulos - OFSS

3.3.2.2.1. Ressarcimento às Empresas Brasileiras – Ação 0095

Os recursos destinados à Ação 0095 promovem a manutenção e a criação de novos empregos nos estaleiros e nas empresas de navegação das Regiões Norte e Nordeste, onde são construídas balsas, barcas, empurradores e rebocadores para o transporte de carga, com a consequente geração de renda nas regiões supracitadas. Além disso, estimulam o desenvolvimento de novos polos da indústria naval nas Regiões Sul e Sudeste.

Tais parcelas de ressarcimentos, quando pagas, são creditadas nas contas vinculadas das empresas de navegação, as quais são movimentadas por intermédio dos agentes financeiros do FMM, tendo a destinação específica prevista em lei para as seguintes atividades:

- a) aquisição de embarcações novas para uso próprio, construídas em estaleiros brasileiros;
- b) jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação de embarcação própria, inclusive para aquisição e instalação de equipamentos necessários, quando realizadas por estaleiro brasileiro;
- c) pagamento de prestação do principal e encargos de financiamentos concedidos com recursos do FMM.

A implantação, em janeiro de 2012, do Módulo Ressarcimento no Sistema Mercante representou um importante aprimoramento dos procedimentos relacionados a esta Ação, uma vez que introduziu automatização da cronologia de pagamento e do cálculo do benefício, além de propiciar total transparência para todos os intervenientes, em especial, possibilitando às empresas brasileiras de navegação o acompanhamento online de seus pleitos. Ao longo de 2015 foram processados e deferidos 4.303 processos, com cronologia até 07/2015, observando-se uma expressiva redução na defasagem entre o pleito protocolado pela empresa e o deferimento do benefício pela Administração.

O valor aprovado em orçamento para esta Ação foi de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), sendo efetivado o empenho de R\$ 219.999.537,22 (duzentos e dezenove milhões, novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos), correspondendo à execução de 99,98% da Ação. Do valor total empenhado, apenas R\$36.330.831,16 (trinta e seis milhões, trezentos e trinta mil, oitocentos e trinta e um reais e

dezesesse centavos) foram liquidados e pagos no exercício 2015, em função da publicação do Decreto nº 8496 de 30 de julho de 2015 que impôs novos limites mensais de desembolsos.

Desta forma, no encerramento do exercício 2015, a diferença, ou seja, R\$183.668.706,06 (cento e oitenta e três milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e seis reais e seis centavos) foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados.

Com o advento do Decreto nº 8.257/2014, publicado no DOU na data de 30.05.2014, foram regulamentadas as alterações na Lei nº 10.893/2004, introduzidas pela Lei nº 12.599/2012 e pela Lei nº 12.788/2013, estabelecendo a transferência para a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e concessão de incentivos do AFRMM, e a competência do DMM, relativamente ao AFRMM, se limitou à análise do direito creditório, à decisão e ao pagamento dos processos de restituição e de ressarcimento referentes ao AFRMM e à Taxa de Utilização do Mercante relacionados a pedidos ocorridos até a data de 29 de maio de 2014.

Após esta data, a análise, decisão e pagamento do ressarcimento referente a novos pleitos passou a ser processada no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.471, de 30 de maio de 2014, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.549, de 23 de fevereiro de 2015.

A administração vem ao longo dos anos buscando sanar o passivo da ação de ressarcimento, através de solicitações de créditos orçamentários anuais e suplementares condizentes com a estimativa do legado, mas os valores aprovados têm ficado sistematicamente aquém das necessidades.

QUADRO A.3.3.2.2.1 – Ressarcimento às Empresas Brasileiras – Ação 0095

Identificação da Ação							
Código	0095			Tipo: Gestão e Administração			
Descrição	Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação						
Iniciativa							
Objetivo	Ressarcir os valores provenientes das parcelas previstas no artigo 17, incisos II e III da Lei 10.893/2004, que deixarão de ser recolhidos em razão da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, estabelecido no art. 17, da Lei 9.432/97, com as alterações constantes do art. 4º da Lei 11.434/2006 e do art. 11 da Lei 11.482/2007 e da Lei 12.599/2012.						Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes			Código: 2126 Tipo:			
Unidade Orçamentária	39901 - Fundo da Marinha Mercante - FMM						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001- Nacional	220.000.000,00	220.000.000,00	219.999.537,22	36.330.831,16	36.330.831,16	0,00	183.668.706,06
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		

-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001-Nacional	42.077.865,56	42.077.865,56	0,00			
0						

Fonte: DMM/SFAT

3.3.2.2.2. Incentivo às Empresas Brasileiras – Ação 09FC

O Incentivo à Marinha Mercante, instituído pela Lei nº 10.893/2004, para embarcações construídas em estaleiros brasileiros por empresas brasileiras e entregues a partir de 26 de março de 2004, concede às empresas brasileiras de navegação, até 31 de dezembro de 2011, recursos na proporção de R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) de AFRMM gerado pelas embarcações previamente habilitadas pelo DMM.

Este benefício foi criado com a finalidade de incentivar a renovação da frota brasileira, possibilitando maior e melhor qualidade dos serviços de transportes oferecidos, pela maior eficiência das novas embarcações, maior segurança e mecanismos de mitigação de impactos ambientais.

Cabe esclarecer que ainda que a concessão do benefício tenha se extinguido em 1º de janeiro de 2012, a Ação permanece no Programa 2126 em função da existência de processos ainda em análise pelo DMM, além de passivo de processos já deferidos.

O valor inicialmente aprovado para esta Ação no orçamento foi de R\$ 13.088.000,00 (treze milhões e oitenta e oito mil reais), entretanto, ao longo do exercício 2015 foi autorizada a utilização do limite financeiro de R\$8.942.000,00 (oito milhões, novecentos e quarenta e dois mil reais) que foi integralmente empenhado. Todavia, do valor total empenhado, ocorreu o pagamento de R\$2.335.803,08 (dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e três reais e oito centavos) no ano 2015 com a inscrição de R\$6.606.196,92 (seis milhões, seiscentos e seis mil, cento e noventa e seis reais e noventa e dois centavos), em restos a pagar não processados, caracterizando a realização de 100% do orçamento desta Ação.

QUADRO A.3.3.2.2.2 – Incentivo às Empresas Brasileiras

Identificação da Ação	
Código	09FC Tipo: Gestão e Administração
Descrição	Incentivo às Empresas Brasileiras, conforme Lei 10.893/2004
Iniciativa	
Objetivo	Repassar às Empresas Brasileiras de Navegação, mediante crédito na conta vinculada, setenta e cinco centavos de real para cada real do AFRMM gerado na navegação de cabotagem ou no transporte de granéis na navegação de longo curso, bem como na navegação fluvial e lacustre no transporte de granéis líquidos nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, por embarcações construídas em estaleiro brasileiro e entregue a partir da vigência da Lei. Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes Código: 2126 Tipo:
Unidade Orçamentária	39901 - Fundo da Marinha Mercante - FMM
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001-Nacional	13.088.000,00	13.088.000,00	8.942.000,00	2.335.803,08	2.335.803,08	0,00	6.606.196,92
-	-	-	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-		
-	-	-	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001-Nacional	438.514,71	438.514,71	0,00	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: DMM/SFAT

Observação: Em 2015 houve o pagamento de R\$ 9.999.999,99 desta Ação, inscritos em Restos à Pagar Processados no Exercício 2014.

3.3.2.2.3. Subvenção Econômica Sobre o Prêmio – Ação 09JF

A Diretoria do Departamento da Marinha Mercante passou a coordenar os trabalhos do Comitê Gestor Interministerial da Subvenção ao Prêmio do Seguro-Garantia, de acordo com a Portaria nº 229, de 9 de setembro de 2010, do Gabinete do Ministro, em substituição ao Secretário de Fomento para Ações de Transportes.

Ainda que houvesse demanda pela utilização desta subvenção, indefinições acerca da operacionalização da análise, aprovação e pagamento, foram impedimentos para execução de gastos nesta Ação.

QUADRO A.3.3.2.2.3 - Subvenção Econômica Sobre o Prêmio

Identificação da Ação	
Código	09JF Tipo: Gestão e Administração
Descrição	Subvenção Econômica sobre o Prêmio Seguro-Garantia ou sobre os Custos de Carta de Fiança aos Mutuários do Fundo da Marinha Mercante (Lei 10.893/2004)
Iniciativa	
Objetivo	Assegurar o pagamento, por meio de subvenção econômica, do prêmio do seguro-garantia modalidade executante construtor, durante a construção de embarcações financiadas.
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes Código: 2126 Tipo:
Unidade Orçamentária	39901 - Fundo da Marinha Mercante – FMM
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária Anual do exercício	

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001- Nacional	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	-	-	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-		
-	-	-	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	-	
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: DMM/SFAT

3.3.2.2.4 - Gestão e Administração do Programa – Ação 2000

A Ação 2000 refere-se à agregação de despesas de custeio relacionadas a serviços administrativos, tais como manutenção, locação, serviços terceirizados, conservação de bens móveis e imóveis, comunicação, telefonia, água e esgoto, energia elétrica, aquisições de bens, passagens e diárias, suprimento de escritório, consultorias e demais necessidades com vistas a manutenção da operacionalidade do Departamento da Marinha Mercante.

Para esta ação o orçamento aprovado somava R\$9.341,400,00 (nove milhões, trezentos e quarenta e um mil e quatrocentos reais) e durante o ano 2015 foi autorizada o limite financeiro de R\$8.212.000,00 (oito milhões, duzentos e doze mil reais).

Foram empenhados R\$7.364.893,83 (sete milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta e três centavos) para fazer frente ao pagamento dos gastos inerentes às atividades administrativas e operacionais do DMM realizadas até 31/12/2015.

Do valor total empenhado foram pagos no ano 2015, R\$5.528.004,27 (cinco milhões, quinhentos e vinte e oito mil e quatro reais e vinte e sete centavos).

Ao término do exercício 2015, R\$1.836.889,56 (um milhão, oitocentos e trinta e seis mil e oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), foram inscritos em Restos a Pagar caracterizando o comprometimento de utilização da ação em 89,68% do orçamento aprovado.

Para Despesas de Capital, foi aprovado o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) não sendo nada utilizados, pois estamos em fase de desfazimento de nossas unidades Regionais conforme Portaria do Gabinete do Ministro nº 20 de 10 de Fevereiro de 2015.

No exercício de 2015, a Ação de capacitação foi absorvida pela Ação 2000, tendo sido realizadas capacitações conforme abaixo:

- Pós Graduação MBA em GESTÃO PÚBLICA.
- Curso Análise de Regularização no Novo SIAFI – Novo PCASP
- Curso de Tesouro Gerencial /SIAFI.

QUADRO A.3.3.2.2.4 - Gestão e Administração do Programa – Ação 2000

Identificação da Ação							
Código	2000			Tipo: Gestão e Administração			
Descrição	Administração da Unidade						
Iniciativa							
Objetivo	Essas despesas compreendem a manutenção de atividade-meio necessária à gestão e administração do programa.						Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes			Código: 2126 Tipo:			
Unidade Orçamentária	39901 - Fundo da Marinha Mercante - FMM						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001-Nacional	9.341.400,00	9.341.400,00	7.364.893,83	5.528.004,27	5.528.004,27	0,00	1.836.889,56
-	-	-	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
-	-	-	-	-	-		
-	-	-	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
00001-Nacional	1.475.621,75	518.321,22	500.610,52				
-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: DMM/SFAT

Obs.: Ainda há um saldo de Restos a pagar Não Processados de 2014 no valor de R\$ 456.690,01.

Consta registro de Restos a Pagar Não Processado Inscrito do Exercício 2014, o empenho 2014.NE.170010.00001.80060 relacionado à UO 39901 e UG 170010. Trata-se de transferência de R\$3.191.466,25 para a Receita Federal do Brasil para pagamento de serviços relacionados ao Sistema Mercante, em função de cessão de contrato firmado entre DMM e SERPRO para a RFB, quando ocorreu a transferência dos Serviços de Arrecadação para aquele Órgão. Este valor inscrito em RP Não processado refere-se a saldo de Destaque Orçamentário no valor de R\$8.262.808,37, feito em 03/11/2014. Em 2014 foram efetuados os seguintes repasses do DMM à RFB referente a esta operação: 03/11/2014 - R\$2.535.671,06; 28/11/2014 - R\$ 1.267.835,53; 30/12/2014 - R\$ 1.267.835,53, totalizando a integralidade do valor do Destaque Orçamentário.

3.3.2.2.5 – Ações não Previstas na LOA do Exercício – Restos a Pagas - OFSS

Não houve no exercício 2015 a inscrição ou pagamento de Restos a Pagar de gastos relacionados a Ações não previstas na LOA.

3.3.3. Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

No exercício de 2015, o principal fator Interveniente foi a rigidez do cenário fiscal que determinava forte contenção dos gastos públicos e a necessidade de observar rigorosamente a execução das despesas de responsabilidade deste DMM/SFAT, de forma a evitar o comprometimento de gastos além dos limites autorizados.

Assim, foram publicados diversos Decretos, sendo o principal o Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, que limitou o DMM no valor de R\$ 170.000.000,00 para o custeio, do montante inicialmente aprovado no orçamento de R\$243.429.400,00. Do novo limite no valor de R\$ 170.000.000,00, ainda foram deduzidos R\$ 70 milhões referente a ressarcimentos pagos em 31/12/2014, autorizadas pela SPO naquela data, cujo saque na conta única do Tesouro efetivou-se no exercício financeiro de 2015, além de Resto a Pagar de custeio, incentivo e ressarcimento no valor de R\$45 milhões.

Logo, para executar um orçamento aprovado de custeio de R\$ 243 milhões este DMM teve disponibilizado o montante de recurso aproximado de R\$ 50 milhões, impactando negativamente para realização dos investimentos previstos para o desenvolvimento de sistemas, contratação de serviços e treinamentos.

3.3.4. Obrigações Assumidas sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento

No DMM existem dois casos de reconhecimento de passivos, conforme descrito a seguir:

Ressarcimento às Empresas Brasileiras – Ação 0095

Os recursos destinados à Ação 0095, quando pagos, são creditados nas contas vinculadas das empresas de navegação, as quais são movimentadas por intermédio dos agentes financeiros do FMM, tendo a destinação específica prevista em lei para as seguintes atividades:

- a) aquisição de embarcações novas para uso próprio, construídas em estaleiros brasileiros;
- b) jumborização, conversão, modernização, docagem ou reparação de embarcação própria, inclusive para aquisição e instalação de equipamentos necessários, quando realizadas por estaleiro brasileiro;
- c) pagamento de prestação do principal e encargos de financiamentos concedidos com recursos do FMM.

Com o advento do Decreto nº 8.257/2014, publicado no DOU na data de 30.05.2014, foram regulamentadas as alterações na Lei nº 10.893/2004, introduzidas pela Lei nº 12.599/2012 e pela Lei nº 12.788/2013, estabelecendo a transferência para a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e concessão de incentivos do AFRMM. Dessa forma, restou para o DMM a responsabilidade de gerir o passivo, conforme Conta Contábil 218911801 – Ressarcimento as Empresas de Navegação, uma vez que desde 2013 a responsabilidade para pagamento do ressarcimento passou para a Receita Federal.

Ao longo de 2015 foram processados e deferidos 4.303 processos, com cronologia até 07/2015, observando-se uma expressiva redução na defasagem entre o pleito protocolado pela empresa e o deferimento do benefício pela Administração, totalizando 9.185 processos deferidos, e ainda, 5.629 processos para serem analisados e deferidos.

Para regularizar esse passivo, que foi reconhecido por insuficiência de crédito, o DMM dependia da liberação dos orçamentos dos exercícios anteriores. A medida que vem sendo adotada

por este DMM objetivando regularizar a situação ocorrida é solicitar o valor necessitado para atender o passivo. Em 2015, por exemplo, a proposta orçamentária pelo DMM para pagamento do Ressarcimento foi de R\$638 milhões, sendo aprovados R\$ 220 milhões e liberados apenas R\$36 milhões, ficando a diferença em resto a pagar.

QUADRO A.3.3.4.1 – Ressarcimento às Empresas Brasileiras – Ação 0095

Proposta Orçamentária	Orçamento Aprovado	Realizado
638.040.000,00	220.000.000,00	36.330.831,16

Fonte: DMM/SFAT

Incentivo às Empresas Brasileiras – Ação 09FC

O Incentivo à Marinha Mercante, instituído pela Lei nº 10.893/2004, para embarcações construídas em estaleiros brasileiros por empresas brasileiras e entregues a partir de 26 de março de 2004, concede às empresas brasileiras de navegação, até 31 de dezembro de 2011, recursos na proporção de R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) de AFRMM gerado pelas embarcações previamente habilitadas pelo DMM.

O prazo previsto na Lei nº 10.893/2004 para destinação dos recursos do FMM às empresas brasileiras nessa ação não foi prorrogado, entretanto, em virtude do prazo de solicitação do benefício e da existência de legado de processos, esta Ação permanece em pauta, conforme conta contábil 218911802 – Incentivos a Empresas de Navegação, restando a liquidação de 297 processos no total. Desse quantitativo, 83 processos foram processados e deferidos em 2015.

3.3.5. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.3.3.5.1. – Restos a Pagar Inscritos e Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados (em R\$ 1,00)				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	R\$ 547.233.422,01	R\$ 9.999.999,99	R\$ 537.233.422,02	-
2013	R\$ 3.814.990,31	R\$ 3.812.332,72	R\$ 2.657,59	-
Restos a Pagar Não Processados (em R\$ 1,00)				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	R\$ 43.992.002,02	R\$ 43.034.701,49	R\$ 500.610,52	R\$ 456.690,01
2013	R\$ 6.353.300,01	R\$ 4.753.145,49	R\$ 1.600.154,52	-

Fonte: DMM/SFAT

3.3.6. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

A SFAT não possui instrumentos de Execução Descentralizados com Transferências de Recursos.

3.3.7. Informações sobre a Execução das Despesas

QUADRO A.3.3.7.1 – Despesa por Modalidade de Contratação

Unidade orçamentária: Fundo da Marinha Mercante - FMM		Código UO: 39901/74904		UG: 277001	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação	1.620.704	2.189.211	1.620.704	2.189.211	

(a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.620.704	2.189.211	1.620.704	2.189.211
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	2.931.909	12.426.925	2.931.909	12.426.925
h) Dispensa	2.737.791	11.942.458	2.737.791	11.942.458
i) Inexigibilidade	194.118	484.467	194.118	484.467
3. Regime de Execução Especial	979,00	834,20	979,00	834,20
j) Suprimento de Fundos	979,00	834,20	979,00	834,20
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	246.639,98	205.690,77	246.639,98	205.690,77
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	246.639,98	205.690,77	246.639,98	205.690,77
5. Outros	5.055.804.584	5.167.576.437	5.032.468.110	4.620.343.015
6. Total (1+2+3+4+5)	5.060.604.816	5.182.399.100	5.037.268.342	4.635.165.678

Fonte: DMM/SFAT

Observações: As despesas relacionadas no item "5. Outros" referem-se as inversões financeiras do FMM, as quais são realizadas na UO 74904.

QUADRO A.3.3.7.2. – Despesa por Grupo e Elemento de Despesa

Unidade orçamentária: Fundo da Marinha Mercante - FMM				Código UO: 39901/74904		UG: 277001		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	236.306.431	277.388.001	44.194.639	233.397.650	192.111.793	43.990.350	44.194.639	223.397.650
14. Diárias - Pessoal Civil	246.640	205.690	246.640	205.690	-	-	246.640	205.690
30. Material de Consumo	34.061	70.523	19.811	55.477	9.426	15.046	24.635	55.477
33. Passagens e despesas com locomoção	154.019	237.319	38.739.109	197.599	35.880	39.720	118.139	197.599
36. Outros Serviços de Terceiros - P. Física	80.935	4.980	976.366	4.980	-	-	80.935	4.980

37. Locação de Mão-de-Obra	1.065.726	1.229.556	24.635	931.339	89.360	298.216	976.366	931.339
39. Outros serviços de Terceiros PJ - Op. Int. Orç.	5.658.854	13.528.933	30.733	12.423.402	1.700.584	1.105.531	3.958.270	12.423.402
47. Obrigações Tributárias e Contributivas	32.373	24.073	80.935	24.073	1.640	-	30.733	24.073
92. Despesas de Exercício Anteriores	19.811	20.936	3.958.270	20.936	-	-	19.811	20.936
93. Indenizações e Restituições	229.014.012	262.065.991	118.139	219.534.154	190.274.903	42.531.837	38.739.109	209.534.154
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	5016410.178	4949001.450	5016410.178	4949001.450	-	-	4993073.704	4411.768.028
66. Concessão de Empréstimos e Financiamentos	5016410.178	4949001.450	5016410.178	4949001.450	-	-	4993073.704	4411.768.028
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5252716.609	5226389.451	5060604.817	5182399.100	192.111.793	43.990.350	5037268.343	4.635.165.678

Fonte: DMM/SFAT

Observações:

- Diárias e Passagens - UGR 277001;

- Restos a pagar processados 2015/2016 4590.66 - R\$ 23.336.474,01;

- Restos a pagar processados 2014/2015 4590.66 - R\$ 537.233.422,02 (Anulado);

- Restos a pagar processados 2014/2015 3390.93 - R\$ 9.999.999,99

As Concessões de Empréstimos e Financiamentos relacionadas ao grupo de despesa 5.66 correspondem aos financiamentos com recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM. Esses financiamentos são contratados juntos aos Agentes Financeiros do FMM, a saber, Caixa Econômica Federal – CAIXA, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Brasil S/A e Banco Nacional da Amazônia – BASA e Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB.

A relação entre o FMM e seus Agentes Financeiros é estabelecida através de Convênios, e visa regular a aplicação de apoio financeiro reembolsável aos financiamentos contratados em conformidade com a Lei 10.893/2004 e Decreto nº 5.269/2004. Essas operações de Inversão Financeira são registradas no SIAFI.

3.3.8. Suprimentos de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

QUADRO A.3.3.8.1 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	277001	DMM	Não se aplica	2	R\$ 2.600,00	R\$ 1.300,00	277001
2014	277001	DMM	Não se aplica	2	R\$ 4.600,00	R\$ 2.300,00	277001

Fonte: SIAFI

QUADRO A.3.3.8.2 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	277001	DMM	Não se aplica	2	R\$ 600,00	R\$ 379,00	R\$ 979,00	277001
2014	277001	DMM	Não se aplica	2	R\$ 600,00	R\$ 234,20	R\$ 834,20	277001

Fonte: SIAFI

QUADRO A.3.3.8.3 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
277001	DMM	3390.30	24	R\$ 55,00
			25	R\$ 324,00
		3390.33	05	R\$ 600,00

Fonte: SIAFI

O DMM nos anos anteriores utilizava a modalidade de suprimento de Fundos – Conta Tipo B, mas com a inclusão do Cartão de Pagamento do Governo Federal foi feita a opção, tendo em vista que possibilitou o acompanhamento dos seus limites de gastos, conforme a necessidade e elemento de despesas respectivas.

Neste tipo de modalidade o seu gerenciamento é bem eficaz, permitindo clareza, acompanhamento através de extratos e monitoramento das despesas.

No exercício de 2015, foram gastos por meio de Cartão Corporativo o montante de R\$ 379,00 (trezentos e setenta e nove reais), correspondente à aquisição de materiais de pequeno valor e emergenciais tais como: materiais para manutenção bens imóveis, móveis e instalações.

Foram adquiridos também Vale Transporte através da FETRANSPOR, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos), com a finalidade de deslocamento de servidor do DMM para o NAJ (Núcleo de Assessoramento Jurídico), a fim de levar e buscar processos, que em sua maioria contém mais de cinco volumes, bem como outros deslocamentos a serviço.

3.4. Desempenho Operacional

3.4.1. Departamento de Concessões

O Governo vem promovendo ações para o aumento da eficiência da infraestrutura de transportes, de forma a reduzir os custos logísticos do setor produtivo e propiciar novos patamares de desenvolvimento social e econômico do País. Suas atividades, de modo geral, são de estruturação e acompanhamento de concessões, monitoramento de delegação da infraestrutura rodoviária e ferroviária e a prestação de serviço de transporte interestadual e internacional de passageiro.

O DECON realizou, ainda, as seguintes atividades:

- Prestação de informações às Assessorias do Ministério dos Transportes e Consultoria Jurídica, sempre que solicitado;
- Prestação de informações a Órgãos externos ao Ministério, sempre que solicitado;
- Monitoramento das ações necessárias ao licenciamento ambiental das novas concessões em conjunto com IBAMA, EPL, ANTT e Casa Civil;

- Acompanhamento das ações institucionais de aprimoramento de concessões por parte da ANTT
- Participação nas Salas de situação coordenadas pela Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC/MPOG

3.4.1.1. Estruturação de Concessões

3.4.1.1.1 Rodovias

O Governo Federal administra, atualmente, 21 concessões rodoviárias, divididas em três etapas, totalizando 9.969,6 km.

O PIL é um programa de investimentos que se caracteriza pela participação da iniciativa privada em projetos de concessão no processo de modernização da infraestrutura de transportes do país e visando também a retomada do crescimento da economia.

A nova concessão da BR-101/RJ, Ponte Rio-Niterói, teve o leilão realizado em março e o contrato assinado em maio de 2015. O novo contrato permitiu além da redução da tarifa para os usuários, a inclusão de novas obras nos sistemas viários adjacentes, como a alça de ligação da Ponte com a Linha Vermelha; a Avenida Portuária que propiciará a ligação com a Avenida Brasil; e o mergulhão na Avenida Feliciano Sodré, em Niterói/RJ.

Também no âmbito do PIL, setor rodoviário, outras quatro concessões rodoviárias, cujos editais de chamamento público foram publicados em 2014, encontravam-se, em 2015, em fase final de ajuste dos estudos, com previsão de realização dos leilões em 2016. Os trechos contemplados são:

- BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 – Porto de Miritituba/PA (976 km);
- BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis/MT – Jataí/GO – Goiânia/GO (703,7 km);
- BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO – Divisa GO/MG – Uberlândia/MG (437 km); e
- BR-476/282/480/PR/SC, Lapa/PR – Irani/SC – Chapecó/SC (398,9 km).

Em 9 de junho de 2015, o Governo Federal lançou a segunda etapa do PIL contemplando onze lotes rodoviários distribuídos por onze Estados. Na sequência, o Ministério dos Transportes publicou os respectivos editais de chamamento público, autorizando que empresas privadas promovessem novos estudos técnicos e de viabilidade. Tais estudos, que serão apresentados em 2016, serão utilizados nas modelagens das novas concessões dos trechos a seguir discriminados, que totalizam 4.552,1 km:

- BR-101/BA, Gandú/BA – Entroncamento BR-324 (próximo à Feira de Santana) (199,4 km);
- BR-262/381/MG/ES, Entroncamento BR-101/ES – João Monlevade/MG – Belo Horizonte/MG (485,9 km);
- BR-267/MS, Entroncamento BR-163 (Nova Alvorada do Sul/MS) – Divisa MS/SP (Presidente Epitácio/SP) (249,3 km);
- BR-262/MS, Entroncamento BR-163 (Campo Grande/MS) – Divisa MS/SP (Três Lagoas/MS) (326,8 km);
- BR-101/232/PE, novo arco metropolitano de Recife, BR-101: Divisa PB/PE – Divisa PE/AL e BR-232, Entroncamento BR-101 (Recife/PE) – Cruzeiro do Nordeste/PE (564,5 km);
- BR-101/493/465/RJ/SP, BR-101: Entroncamento BR-465 (B)/RJ-071/097 (Santa Cruz) – Praia Grande, no Município de Ubatuba/SP; BR-465, Entroncamento BR-

101 – Entroncamento BR-116; e BR-493: Entroncamento BR-101 – Entroncamento BR-040/116 (B) (356,9 km);

- BR-101/116/290/386/RS; BR-101: Divisa RS/SC – Osório/RS; BR-116: Entroncamento BR-290 (B) (para Arroio dos Ratos) – Entroncamento BR-470/RS-350 (para Camaquã); BR-290: Osório/RS – Entroncamento BR-116 (para Guaíba) e BR-386: Entroncamento BR-116 (B)/290 (Porto Alegre) – Entroncamento BR-377 (A) (para Carazinho) (581,3 km);
- BR-101/SC, Ponte sobre o rio da Madre – Divisa SC/RS (220 km);
- BR-280/SC, Porto de São Francisco do Sul – Divisa SC/PR (306,6 km);
- BR-470/282/SC, BR-470: Navegantes/SC – Divisa SC/RS e BR-282: Entroncamento BR-470 (Campos Novos) – Entroncamento BR-153 (Irani) (455,1 km); e
- BR-364/RO/MT, Entroncamento BR-174 (A) (Comodoro/MS) – Porto Velho (acesso Ulisses Guimarães) (806,3 km).

3.4.1.1.2 Ferrovias

No que concerne o modo ferroviário, o Governo federal administra, atualmente 14 concessões ferroviárias, totalizando 29.869 km. O Programa - PIL busca ampliar a utilização do transporte ferroviário de carga, criar uma malha ferroviária moderna e integrada, aumentar a capacidade de transporte por ferrovias e diminuir os gargalos logísticos. Em 2015 foram apresentadas as prioridades do Governo Federal na concessão de novas ferrovias e novos investimentos em concessões existentes, totalizando R\$ 86,4 bilhões de investimentos projetados.

A segunda etapa do PIL considera o aperfeiçoamento do modelo de concessão já existente (Modelo Vertical), permitindo que operadores ferroviários independentes – OFI's - adquiram capacidade ociosa diretamente das concessionárias verticais, estimulando, assim, a interoperabilidade do SFF.

Serão objetos de concessão os seguintes trechos ferroviários:

- Porto Nacional/TO-Anápolis/GO e Açailândia/MA-Barcarena/PA – cerca de 1.430 km
- Ouro Verde de Goiás/GO-Estrela d'Oeste/SP-Três Lagoas/MS– 967 km
- Lucas do Rio Verde/MT-Miritituba/PA – aproximadamente 1.100 km
- Rio de Janeiro – Espírito Santo – aproximadamente 580 km
- Bioceânica Brasil-Peru, trecho brasileiro – aproximadamente 3.500 km

Com relação ao PIL, em 2015 o Ministério acompanhou os estudos de PMI dos seguintes trechos ferroviários:

- Sinop/MT – Miritituba/PA;
- Estrela d'Oeste/SP – Três Lagoas/MS;
- Açailândia/MA – Barcarena/PA.

Com relação à Ferrovia Bioceânica Brasil-Peru os estudos não estão sendo feitos por meio de PMI. Os governos do Brasil, Peru e China estão realizando conjuntamente tais estudos, conforme as diretrizes contidas no Memorando de Entendimento. Os estudos estão previstos para conclusão em 2016.

Em atendimento às etapas para a concessão dos trechos ferroviários, o DECON acompanhou o processo de abertura de audiências públicas, com vistas à submissão das concessões aos mecanismos de participação e controle social, dos seguintes trechos:

- Ferrovia Rio de Janeiro – Espírito Santo

- Ferrovia Estrela d'Oeste/SP – Três Lagoas/MS

Após a finalização das audiências públicas pela ANTT, os estudos serão encaminhados ao Tribunal de Contas da União - TCU para análise e aprovação. Após a aprovação pelo TCU será possível a publicação dos editais para a concessão dos trechos ferroviários.

3.4.1.2 – Monitoramento de Concessões

No processo de monitoramento das concessões, são acompanhadas o andamento das concessões, evolução tarifária, investimentos das concessionárias, acidentes e obras realizadas, entre outros aspectos operacionais das concessões.

3.4.1.2.1 - Rodovias

Dentre as obras que estão sendo realizadas para melhoria das condições de fluidez do tráfego, segurança e conforto dos usuários nas rodovias já concedidas, as quais o DECON faz o monitoramento, destacam-se as seguintes:

- BR-116/BA, duplicação, trecho Feira de Santana – BA-242/BA (68,8 km) – executados 0,78% em 2015, com execução física acumulada de 81,74% e previsão de conclusão em 2016;
- BR-116/BA e BR-324/BA, duplicação, Contorno Sul de Feira de Santana (7 km) – executados 0,76% em 2015, com execução física acumulada de 98,78% e previsão de conclusão em 2016;
- BR-040/DF/GO/MG, duplicação (557,2 km) – executados 9,89% em 2015, com execução física acumulada de 11,58% e previsão de execução de 7,86% em 2016;
- BR-060/153/262/DF/GO/MG, duplicação (647,80 km) – executados 5,48% em 2015, com execução física acumulada de 11,28% e previsão de execução de 4,71% em 2016;
- BR-050/GO/MG, duplicação (218,5 km) – executados 7,21% em 2015, com execução física acumulada de 19,18% e previsão de execução de 9,93% em 2016;
- BR-163/MS, duplicação (806,3 km) – executados 12,25% em 2015, com execução física acumulada de 13% e previsão de execução de 4,52% em 2016;
- BR-163/MT, duplicação (453,6 km) – executados 21,51% em 2015, com execução física acumulada de 24,51% e previsão de execução de 15,41% em 2016;
- BR-116/PR, duplicação, trecho Curitiba – Mandirituba (25,4 km) – concluída em 2015;
- BR-040/RJ, construção, nova subida da Serra de Petrópolis (21 km) – executados 15,76% em 2015, com execução física acumulada de 37,57% e previsão de conclusão em 2016;
- BR-101/RJ, ampliação, Avenida do Contorno (2,4 km) – concluída em 2015;
- BR-101/RJ, duplicação, trecho Macaé – Entroncamento RJ Via Lagos (176,6 km) – executados 33,06% em 2015, com execução física acumulada de 51,92% e previsão de conclusão em 2016 2017;
- BR-290/RS, execução da 2ª Etapa da implantação da 4ª faixa (19,6 km) – concluída em 2015;
- BR-101/SC, construção, Contorno de Florianópolis (49 km) – executados 8% em 2015, com execução física acumulada de 9,97% e previsão de execução 19,99% em 2016;

- BR-116/SP, duplicação, Serra do Cafezal, Rodovia Régis Bittencourt (30,3 km) – executados 24% em 2015, com execução física acumulada de 79,09% e previsão de execução 16,54% em 2016; e
- BR-153/SP, duplicação (34,3 km) – executados 25,44% em 2015, com execução física acumulada de 33,76% em 2015 e previsão de execução 35,72% em 2016.

3.4.1.2.2 Ferrovias

Dentre as obras que estão sendo realizadas para melhoria de transporte das ferrovias, em 2015, o DECON acompanhou as seguintes obras nos trechos concedidos por meio do modelo de concessão vertical, a saber:

- Malha Paulista:
 - Trecho Boa Vista-Nova/SP – Evangelista de Souza/SP (193 km).
- Estrada de Ferro Carajás:
 - Duplicação da Linha Tronco (892 km);
 - Construção do Ramal Sudeste do Pará (100 km);
- Ferrovia Transnordestina:
 - Construção da malha II (1.753 km)

3.4.1.3 - Convênios de Delegação da Infraestrutura Rodoviária

Existem 2.999,20 km de trechos de rodovias federais sob convênio de delegação celebrado entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes, e os Estados do Paraná, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Amazonas.

No caso das Delegações, as atividades realizadas pelo DECON consistem no monitoramento dos convênios, o qual é feito da seguinte forma:

- Observação dos Relatórios de Acompanhamento dos Convênios e de Acompanhamento do Programa de Concessão de Rodovias para os trechos delegados e que posteriormente foram concedidos à iniciativa privada, que são enviados periodicamente ao Departamento pelos Estados; e
- Fornecimento dos subsídios técnicos requeridos pela Consultoria Jurídica do Ministério dos Transportes, para subsidiar a instrução de ações judiciais cujo objeto da demanda esteja em trechos de rodovias federais delegadas, quer seja delegação com posterior concessão à iniciativa privada quer seja só delegação aos Estados.

Informamos a ocorrência da devolução ao DNIT da Ponte do Guaíra (5,5 km da BR 163/PR) que estava delegada ao Estado do Paraná.

3.4.1.4 - Serviço de Transporte Interestadual e Internacional de Passageiros

O ano de 2015 foi de implantação das alterações legais que marcaram o transporte rodoviário de passageiros, de acordo com a Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014. Neste contexto, a equipe do DECON acompanhou as discussões e audiências públicas que culminaram na Resolução ANTT nº 4770, de 25 de junho de 2015, que regulamenta a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

A referida Resolução estabelece as condições a serem observadas na fase de transição entre o modelo que seguia o antigo regramento legal, com o uso das permissões, para o novo modelo de autorizações. Está prevista a conclusão da fase de transição no primeiro semestre de 2016. Como parte dos procedimentos necessários ao funcionamento das autorizações a ANTT iniciou, em 2015,

a publicação dos Termos de Autorização, documento necessário para que as empresas possam solicitar os mercados aonde pretendem operar e obter a Licença de Operação.

3.4.2. Coordenação Geral de Captação de Recursos

No ano de 2015, foram analisados pela CGCAP quatro pleitos de solicitação de enquadramento no REIDI e as portarias ministeriais de aprovação de enquadramento desses projetos foram publicadas em cerca de 20 dias, conforme tabela a seguir:

QUADRO A.3.4.2.1 - Solicitação de enquadramento no REIDI para projetos de infraestrutura de Transportes

ANO 2015					
CONCESSIONÁRIA	INVESTIMENTO	DESONERAÇÃO	ABERTURA DO PROCESSO	DATA PUBLICAÇÃO PORTARIA	PRAZO ENTRE PROCESSO E PORTARIA
Concessionária Transnordestina Logística S.A.	2.892.086.822,72	120.561.047,66	29.04.2015	07.05.2015	8 DIAS
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - ECOPONTE	760.536.212,00	34.238.886,00	14.07.2015	29.07.2015	15 DIAS
VIABAHIA Concessionária de Rodovias S.A.	956.078.000,00	34.898.000,00	04.08.2015	03.09.2015	30 DIAS
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART	313.923.941,60	11.081.866,87	19.08.2015	17.09.2015	28 DIAS
TOTAL 2015	4.922.624.976,32	200.779.800,53			
• INDICADOR 2015 → Prazo Médio decorrido entre a abertura do Processo e a data da Publicação da Portaria Ministerial.					20 DIAS

Fonte: CGCAP/SFAT

Em relação as autorizações para projetos de infraestrutura, para fins de emissão de debêntures incentivadas, no ano de 2015 foram apresentados para análise nesta CGCAP o total de 13(treze) pleitos que tiveram suas portarias ministeriais publicadas em cerca de 20 dias. Em 2015, cinco concessionárias/empresas realizaram a emissão de debêntures (quatro com portarias aprovadas em 2015 e uma com portaria aprovada em 2014), sendo que a captação total de recursos por meio destas emissões perfaz o montante de R\$ 2,5 bilhões. O Quadro a seguir demonstra as autorizações concedidas em 2015.

QUADRO A.3.4.2.2 - Autorização para emissão de debêntures incentivadas para projetos de infraestrutura de Transportes

ANO 2015					R\$ Mil
CONCESSIONÁRIA/EMPRESA	INVESTIMENTO	ABERTURA DO PROCESSO	DATA PUBLICAÇÃO PORTARIA	PRAZO ENTRE PROCESSO E PORTARIA	
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.	705.106	27.01.2015	20.02.2015	23 DIAS	
VLI Multimodal S.A.	232.358	19.03.2015	02.04.2015	14 DIAS	
Concessionária BR-040 S.A.	7.564.494	26.03.2015	15.04.2015	19 DIAS	
Concessionária Rodovias Integradas do Oeste - CCR SP Vias	582.220	27.03.2015	15.04.2015	18 DIAS	
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART	2.882.503	27.03.2015	15.04.2015	18 DIAS	④
Concessionária Rota do Atlântico S.A.	655.482	30.03.2015	15.04.2015	15 DIAS	⑤

Concessionária Auto Pista Fernão Dias S.A.	783.257	22.04.2015	14.05.2015	22 DIAS	
Concessionária Via dos Lagos S.A.	160.108	01.07.2015	16.07.2015	15 DIAS	
Concessionária VALE S.A.	11.796.932	13.07.2015	04.08.2015	23 DIAS	
Concessionária Minas Gerais Goiás S.A. - MGO Rodovias	1.548.068	21.07.2015	29.07.2015	8 DIAS	
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo S.A. - ViaOeste	1.472.594	⑥	05.08.2015	01.09.2015	27 DIAS
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. - CCR AutoBAn	2.922.276	⑦	12.08.2015	01.09.2015	20 DIAS
Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. - CONCEBRA	5.630.622		19.08.2015	01.09.2015	14 DIAS
TOTAL 2015	36.936.020				
• INDICADOR 2015 → Prazo Médio decorrido entre a abertura do Processo e a data da Publicação da Portaria Ministerial.				18 DIAS	

Fonte: CGCAP/SFAT

④ A Concessionária Auto Raposo Tavares emitiu debêntures no ano de 2012. Em 2015 fez nova solicitação. As emissões referem-se ao mesmo projeto de investimento.

⑤ O valor do investimento constante da Concessionária Rota do Atlântico refere-se ao mesmo projeto apresentado em 2013, quando da primeira emissão de debêntures.

⑥ A Concessionária ViaOeste emitiu debêntures no ano de 2014. No ano de 2015 fez nova solicitação de emissão de debêntures onde os valores de investimentos sofreram alterações, mas referem-se ao mesmo projeto de investimentos.

⑦ A Concessionária CCR AutoBAn emitiu debêntures nos anos de 2012, 2013 e 2014, onde os valores de investimentos sofreram alterações, mas referem-se ao mesmo projeto de investimentos. Em 2015 fez nova solicitação de emissão de debêntures relativa ao mesmo projeto.

3.4.3. Departamento da Marinha Mercante

No exercício 2015, o planejamento desta UO teve como enfoque principal a continuidade das ações para o alcance dos resultados estabelecidos a SFAT/DMM pelo Planejamento Estratégico 2013 – 2015 do Ministério dos Transportes e pelo PPA 2012-2015.

Neste último ano do PPA 2012-2015, os resultados obtidos foram de 96,93% da meta estabelecida de financiamento para projetos de embarcações com recursos do FMM no total de R\$24,5 bilhões, e 66,6% em relação a meta de fomentar a construção de 12 estaleiros, conforme detalhado neste relatório no item 3.3.1. Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados.

Mesmo diante de cenário econômico de grandes incertezas, o DMM emvidou esforços para que se mantivesse a regularidade de reuniões ordinárias do CDFMM para a apreciação de projetos para financiamento com recursos do FMM, buscando não alterar o interesse privado na realização de investimentos em construção naval e renovação da frota mercante brasileira. Com o mesmo propósito, o DMM deu maior ênfase no acompanhamento da formalização dos contratos de financiamento junto aos respectivos agentes financeiros, buscando apoiar os bancos conveniados para o cumprimento dos prazos regulamentados para a contratação dos financiamentos e execução das obras.

Ao longo de 2015 foram realizadas 3 reuniões do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM que resultaram na concessão de priorização de recursos do FMM para 342 projetos voltados a construção e reparação de embarcações, e estaleiros, totalizando valores

correspondentes a R\$ 5,26 bilhões. Com a obtenção da priorização de recursos as empresas beneficiárias ficam habilitadas a contratar financiamento junto aos agentes financeiros do FMM.

Durante o referido exercício foram contratados junto aos seus agentes financeiros do FMM o montante de R\$ 3,2 bilhões em projetos voltados ao desenvolvimento da indústria naval brasileira.

O total de recursos financeiros do FMM liberados em 2015 para a execução dos projetos financiados e em execução totalizaram R\$ 4,99 bilhões.

Em 2015, a SFAT prosseguiu com a iniciativa estratégica “Desenvolver a navegação de cabotagem”, destacando as propostas de políticas com medidas objetivas mais factíveis dentre os principais pleitos apresentados pelo setor. Foram feitas diversas reuniões de trabalho com os órgãos do Governo Federal envolvidos (SEP, MF, MPOG, CC) , sobre os entraves apontados por diversos estudos e pelo setor . Neste trabalho foram identificadas os entraves na área de cuja atuação do Governo Federal, tendo sido selecionados aqueles com maior potencial de resultados e com menor dificuldade de implantação: bunker (combustível marítimo), praticagem, ensino profissional marítimo, entraves burocráticos (taxas e documentos exigidos pelos diversos órgãos como Receita Federal, Anvisa, Marinha).

O tema burocracia foi desdobrado em reuniões específicas, nas quais foram detalhados os pleitos junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

No caso da Receita Federal, o principal pleito era flexibilizar a ocorrência de bloqueios das cargas no sistema e pagamento de multas para desbloqueio devido ao não cumprimento da exigência de prazo de antecedência mínimo de cinco dias antes da chegada da embarcação no porto para prestar informações sobre as escalas dos navios nos portos brasileiros e o prazo mínimo exigido de cinco horas antes da saída da embarcação, para cadastrar no sistema as informações sobre os manifestos de cargas nacionais e seus respectivos conhecimentos eletrônicos (Instrução Normativa SRF nº 800/07, art. 22, inciso I e alínea c do inciso II).

A Receita Federal, após convencida da necessidade de atracação das embarcações de cabotagem em berços situados em áreas sob controle aduaneiro, para carregar e descarregar as cargas *feeder*, e sensibilizada pelo impacto de tais bloqueios na operações da cabotagem decidiu reduzir os prazos mínimos exigidos no Siscomex-carga, onde for possível alterar a parametrização, e realizar um mapeamento do processo para nortear qualquer mudança mais profunda no sistemas.

Em relação à ANVISA, o pleito principal é ampliar para 90 dias a validade do Certificado de Livre Prática, exigido para permitir que a embarcação possa atracar, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 72/09, válido somente para a escala para a qual foi solicitada. Cada fiscalização traz custo adicional pela cobrança da taxa e pelo eventual tempo de espera. Este trabalho segue em andamento, e o problema e pleitos já foram levados à ANVISA, estão sendo analisados e espera-se um otimização deste procedimentos das empresas de cabotagem perante a ANVISA ainda em 2016.

A SFAT também participou do grupo de trabalho constituído pela Portaria 272/SE/MT, de 10/6/2015, que apresentou em seu relatório final 18 propostas com sugestões de encaminhamento sobre os temas i) Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante e o Fundo da Marinha Mercante; ii) *bunker*; iii) racionalização dos Sistemas de Informações; iv) praticagem; v) Ensino Profissional Marítimo; vi) programação e coordenação nas operações portuárias e vii) tecnologias alternativas em embarcações para emprego na navegação de cabotagem (*short sea shipping*). Parte destas propostas já foram trabalhadas: bunker, ensino profissional, praticagem.

Entretanto sua implementação depende de órgãos externos ao MT, como Petrobras, SEP e Marinha bem como requerem alteração de Lei.

As propostas de novos incentivos fiscais não foram focadas neste momento devido ao cenário fiscal.

O trabalho está sendo continuado em 2016 no âmbito da SFAT/DMM, perante os órgãos federais, principalmente aqueles sem impacto fiscal e que contribuem para redução do tempo e custo da cabotagem, que são os entraves impostos pelo Governo Federal.

3.5 Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Visando a estruturação dos processos e atividades desenvolvidas pela Secretária de Fomento para Ações de Transportes – SFAT, está comprometida em dar continuidade no mapeamento de processos na Secretaria. No caso do Departamento de Concessões o mapeamento foi contratado pelo Ministério dos Transportes e efetuado por empresa especializada, tendo sido concluído e definidos diversos indicadores. Este trabalho será revisado pelo próprio corpo técnico do Departamento, e serão implantados os processos e indicadores que forem considerados relevantes. Também com os servidores do Departamento da Marinha Mercante e da CGCAP serão efetuados o mapeamento dos processos seleção de indicadores de desempenho das atividades. Este trabalho será realizado conforme cronograma, no período de 2016 a 2018. Após a definição de indicadores prévios, e sua validação, serão definidas as metas, de modo que será possível monitorar e avaliar o desempenho operacional das unidades integrantes da Secretaria.

Dentro da esfera de atuação do Departamento de Concessões – DECON, por já ter seus processos mapeados por uma consultoria, serão analisados os processos desenhados e verificados quais já podem ser implantados e quais necessitarão de alterações. Além disso, serão estabelecidos indicadores para avaliar a atuação do departamento quanto à realização e avaliação de estudos de concessão, definição dos modelos de concessões, realização das licitações e contratação das concessões para rodovias e ferrovias.

A Coordenação Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes – CGCAP está avaliando a melhor forma de mensurar seu desempenho em relação sua atuação nas atividades de concessão de Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDE) para projetos de infraestrutura nos setores de transportes, e no processo de autorização para emissão de Debêntures Incentivadas para projetos relacionados a infraestrutura de transportes.

O Departamento da Marinha Mercante – DMM está atuando no estabelecimento de indicadores que possibilitem melhor forma de aferir a execução das atividades de apoio técnico e administrativo ao CDFMM, análise dos pleitos de concessão de prioridades e liberação de recursos para financiamento de projetos com recursos do FMM.

4. Governança

4.1. Descrição das Estruturas de Governança

O Ministério dos Transportes por ser um órgão da Administração Direta possui, na forma do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, um Assessor Especial de Controle Interno – AECI vinculado diretamente ao Ministro de Estado, conforme disposto no Decreto nº 3.591/2000, alterada pelo Decreto nº 4.304/2002, que em seu artigo 13 preceitua:

“Art. 13. A Controladoria-Geral da União contará com o apoio dos Assessores Especiais de Controle Interno nos Ministérios, incumbidos de:

I - assessorar o Ministro de Estado nos assuntos de competência do controle interno;

II - orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;

III - submeter à apreciação do Ministro de Estado os processos de tomadas e prestação de contas, para o fim previsto no art. 52 da Lei no 8.443, de 16 de julho de 1992;

IV - auxiliar os trabalhos de elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República;

V - acompanhar a implementação, pelos órgãos e pelas unidades, das recomendações do Sistema de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União;

VI - coletar informações dos órgãos da jurisdição, para inclusão de ações de controle nos planos e programas do órgão central do Sistema, com vistas a atender às necessidades dos ministérios.”

Em que pese essa vinculação diretamente à autoridade máxima da Pasta, o AECI atua na interlocução entre os órgãos de controle interno e externo e os demais agentes de defesa do estado e as unidades internas e as secretarias do ministério.

No exercício de 2015 foi adotado o procedimento de centralização e gerenciamento das demandas pelos órgãos de controle junto ao AECI. A Secretaria Executiva e demais Secretarias e Subsecretarias, quando demandas, acionam o Assessor Especial, que passa a acompanhar e monitorar as respostas e os atendimentos aos questionamentos, orientações, recomendações e determinações emanadas pelos órgãos de controle.

Ainda no campo da Governança direta, o Ministério dos Transportes possui o procedimento, ainda que não formalmente instituído, de realizar reuniões sistemáticas com os dirigentes da Pasta.

Assim, regularmente, são realizadas as “reuniões de alinhamento” que são lideradas pela Secretaria Executiva, com a participação das Secretarias, as Subsecretarias e demais unidades de instância da pasta.

Nessas reuniões são discutidas a execução dos planos de ação do Ministério e avaliados os seus avanços e entraves na busca conjunta de solução.

No tocante ao apoio à Governança na gestão de TI, o Ministério criou o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – COGETI.

Este comitê, criado por meio da Portaria nº 303, de 31 de dezembro de 2008, publicada no Boletim de Pessoal nº 24, de 31 de dezembro de 2008, tem como objetivo dar suporte às ações de TI, sobretudo na elaboração e aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e do Plano de Investimentos em TI. Compete também ao COGETI, definir prioridades de execução de projetos de TI, segundo estratégias previamente formuladas, considerando-se as demandas apresentadas.

A Coordenação-Executiva do COGETI é exercida pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do MT, vinculada a Secretaria Executiva, porém sua composição contempla a representação do Gabinete do Ministro, da Secretaria Executiva, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Secretaria de Política Nacional de Transportes, da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes e da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, planejando e integrando todas as iniciativas correlatas à Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito desta Pasta.

O COGETI se reuniu uma vez no ano de 2015. Nessa oportunidade, ocorreu a aprovação do novo Regimento Interno, a apresentação das necessidades de TI do MT, bem como tratativas referentes ao orçamento para execução dessas necessidades.

No campo da Ética Pública, a primeira Comissão de Ética – CE do Ministério dos Transportes /MT foi constituída ainda em 2001, por meio da Portaria Ministerial nº 336/GM/MT, de 14 de setembro de 2001.

Em 2015, a Comissão de Ética do MT passou a ter uma nova composição por meio da Portaria nº 133, de 18 de junho de 2015, publicada no DOU de 19 de junho de 2015. Esta nova Comissão de Ética possui sala própria, com as devidas condições administrativas e operacionais. O Colegiado passou a realizar reuniões ordinárias mensais, atendimento telefônico, presencial ou por mensagem eletrônica em período integral, análise de denúncias e autuação de processos para apuração de desvio de conduta ética.

A atual composição aprovou o Regimento Interno, que foi publicado no Boletim Especial nº 112, de 23 de setembro de 2015, e está disponível na Intranet para consulta de todos os agentes públicos que atuam no Ministério.

Um dos principais objetivos da CE/MT é contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos no âmbito do Ministério dos Transportes, por meio do estabelecimento de regras de conduta inerentes ao vínculo funcional do agente público com o Ministério.

Nesse sentido, foi publicado neste mês de março/2016 o Código de Ética do Ministério dos Transportes, que traz, em linhas gerais, o alinhamento da Comissão de Ética do MT com as orientações e padrões difundidos pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Além dos instrumento de Governança de competência do Ministério, a no âmbito das atividades da Secretaria de fomento para Ações de Transporte – SFAT, há o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM, órgão colegiado de caráter deliberativo, integrante da estrutura do Ministério dos Transportes, tem a finalidade de administrar o Fundo da Marinha Mercante – FMM.

O FMM é um fundo de natureza contábil, destinado a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, sendo o principal instrumento de fomento ao setor.

O CDFMM tem suas competências estabelecidas pelo Decreto nº 5.269/2004, e conta com apoio técnico e administrativo do Departamento da Marinha Mercante – DMM para o desempenho

de suas atribuições. Em 2015 foram realizadas 3 Reuniões Ordinárias do CDFMM que resultaram na concessão de priorização de recursos do FMM para 342 projetos voltados a construção e reparação de embarcações, e estaleiros.

4.2. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

No âmbito do Poder Executivo Federal, as atividades de correição estão organizadas sob a forma de Sistema, conforme disposto no Decreto nº 5.480, de 30.6.2005, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

O referido Sistema é composto por um Órgão Central, no caso a Controladoria-Geral da União (CGU), por unidades setoriais e seccionais, sendo que estas são as corregedorias que compõem a estrutura de órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A Corregedoria do Ministério dos Transportes, vinculada à Secretaria-Executiva (SE), foi criada a partir da aprovação da nova estrutura regimental do Ministério dos Transportes, nos termos do Decreto nº 7.717, de 4.4.2012, tendo sido estabelecidas suas competências e as atribuições de seus dirigentes, por meio da Portaria nº 250, de 31.10.2012, publicada no Diário Oficial da União em 01.11.2012.

Em 22.6.2015, por meio da Portaria nº 135/2015, foi nomeado o novo Corregedor, o qual deu continuidade aos trabalhos, além de procurar trazer inovações na utilização de instrumentos de governança e análise de riscos, bem como na área de informática, com vistas à celeridade na recuperação de dados sobre os procedimentos da Corregedoria, na busca de maior eficiência e eficácia.

Em consonância com medidas de contenção de despesas do Poder Executivo, e especificamente com as diretrizes da Secretaria Executiva desta Pasta, em 20.10.2015, deu-se início à utilização de videoconferência pela Corregedoria/MT, com o apoio do DNIT na disponibilização de infraestrutura de tecnologia da informação necessária.

Trata-se de uma inovação necessária e pertinente, pois é uma forma de redesenhar o modelo de gestão operacional, bem como contribuir para a adoção de medidas alinhadas aos cortes de despesas definidos pelo Governo Federal, conforme determinação do Ministro dos Transportes.

Ainda em uma iniciativa da nova gestão da Corregedoria, em parceria com a Consultoria Jurídica (CONJUR), elaborou-se a Portaria nº 309, publicada no DOU de 19.10.2015, na qual possibilita instaurar e julgar o processo em relação à responsabilização de empresas por atos ilícitos praticados contra a administração pública nacional, no âmbito do Ministério dos Transportes.

Além disso, o referido normativo define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa e para encaminhar proposta de celebração do acordo de leniência que trata a Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A responsabilização de empresas é mais uma forma de combate a corrupção, na qual se permite a punição de pessoas jurídicas que venham a corromper agentes públicos, que fraudem licitações e contratos ou que dificultem atividade de investigação ou fiscalização de órgãos públicos, entre outras irregularidades.

Esta Corregedoria continua a adotar a prática de transparência, talvez precursora do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, que consiste na divulgação na internet, por meio do site institucional, das informações relativas às atividades correcionais da Pasta, com o objetivo de criar uma ferramenta de transparência ativa para o cidadão e para o fortalecimento da atividade correcional no âmbito da Administração Pública Federal.

Os dados estão disponibilizados no endereço www.transportes.gov.br/corregedoria e incluem, em síntese, a identificação da equipe dessa Unidade, legislação pertinente, dados sobre as Atividades Correcionais ocorridas desde 2012, acesso rápido sobre o andamento processual, mapa de serviços, informações sobre a temática da Responsabilização de Entes Privados, bem como email institucional dessa Unidade Seccional de Correição, que asseguram e fortalecem sobremaneira a garantia do direito fundamental previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Os dados publicados no site são atualizados mensalmente, tendo em vista a dinâmica dos procedimentos disciplinares, tais como os prazos das portarias de prorrogação e recondução dos processos, instaurações de novas apurações, conclusão dos trabalhos das comissões, julgamentos e providências decorrentes das determinações exaradas pela autoridade julgadora.

Desde o início dessa prática, a equipe da Corregedoria trabalha no sentido de promover avanços na estrutura e no conteúdo do site, com o objetivo de facilitar o acesso da sociedade às informações ali publicadas, o que resulta na disponibilização prevista no inciso VI, do artigo 4º c/c art. 5º, da Lei 12.527/2011 – LAI.

A Secretaria de Fomento para Ações de Transporte – SFAT em razão de ser um órgão pertencente à estrutura organizacional do Ministério dos Transportes e por essa razão as atividades de correição e apurações de ilícitos administrativo no âmbito da Secretaria são realizadas pela Corregedoria do Ministério.

4.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

Apresentamos a seguir uma breve análise sobre a sistemática gestão de riscos, incluindo informações sobre controles internos instituídos para mitigá-los no âmbito da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes.

Para tanto, foi preenchido pelas subunidades da SFAT o questionário de avaliação denominado “*Quadro Avaliação do Sistema de Controles Internos*” elaborado pelo Tribunal de Contas da União para o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014.

A resposta aos questionamentos foi de livre escolha das subunidades demandadas, não tendo havido influência da alta administração do Ministério nas manifestações.

Os questionamentos foram agrupados em 05 grupos de Elementos de Avaliação, quais sejam:

- Ambiente de Controle
- Avaliação de Risco
- Procedimentos de Controle
- Informação e Comunicação
- Monitoramento

Dos 29 itens de questionamentos que compõem a avaliação, foram atribuídas para cada uma delas, notas de 1 a 5, sendo:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado.

Assim, para cada elemento do Grupo, foi atribuída nota e, após, somado o total de cada escala de valores da Avaliação.

A seguir será realizada a análise das avaliações relativamente a cada Grupo.

Ambiente de Controle

Neste Grupo foram elencados os seguintes quesitos:

- 01. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.*
- 02. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.*
- 03. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.*
- 04. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.*
- 05. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais.*
- 06. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.*
- 07. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.*
- 08. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.*

O resultado da pesquisa apontou que para este elemento, qual seja, Ambiente de Controle, a nota obtida foi 3, o que corresponde a “*Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.*”

Apesar de a pontuação obtida constatar que a UPC não consegue perceber se está inserida no processo de criar e manter controles internos, há dois aspectos positivos na pesquisa que denotam a preocupação dos gestores com essa questão. São eles:

- “1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento”
- “8. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.”

Nota-se que a UPC possui e adota algum tipo de controle interno e que estes são reconhecidos como contribuintes para alcançar os resultados esperados.

Avaliação de Risco

Os quesitos avaliados foram:

- 09. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.*
- 10. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.*
- 11. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.*

12. *É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.*
13. *A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.*
14. *Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.*
15. *Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.*
16. *Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.*
17. *Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.*

O resultado da pesquisa para este elemento foi 3, ou seja, “*Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.*”

A Unidade percebe que seu sistema de avaliação de risco é frágil, porém, está com seus objetivos e metas formalizados e possui a identificação de seus processos críticos, de acordo com dois (2) itens bem avaliados, que receberam nota quatro (4), sendo:

- Item 09. “Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados”,
- Item 10. “Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.”

A UPC iniciou em 2015, a partir da subunidade do DECON, o mapeamento dos processos de trabalhos, o que permitirá melhorar de forma significativa sua identificação e avaliação dos principais riscos inerentes a cada processo de trabalho.

Procedimentos de Controle

Os quesitos avaliados foram:

18. *Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.*
19. *As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.*
20. *As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.*
21. *As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.*

O resultado da pesquisa apontou que para este elemento, qual seja, *Procedimentos de Controle*, a nota obtida foi 3, o que significa que é “*Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.*”

Verifica-se que há uma relação entre o item “*Ambiente de Controle*” e o resultado aqui encontrado, pois a Unidade está em processo de aprimoramento das práticas de gestão a fim de identificar seus processos críticos, diagnosticar os riscos e adotar medidas para mitigá-los.

Como informado no item anterior, a SFAT tem procurado fazer o mapeamento de seus processos de trabalhos, para melhor avaliação de riscos envolvidos bem como melhorar a avaliação dos procedimentos de controles envolvidos. Esta atividade deverá ser estendida ao longo de 2016 e 2017, incluindo a construção de indicadores de desempenho.

Informação e Comunicação

Os quesitos avaliados foram:

22. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.

23. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.

24. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.

25. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.

26. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.

O resultado da pesquisa apontou que para este elemento, qual seja, *Informação e Comunicação*, a nota foi 4, sendo “*Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua maioria.*”

Podemos destacar três (3) subitens, sendo:

- Item 22. “A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.”
- Item 23. “As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas” e,
- Item 25. “A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.”

O resultado demonstra que a SFAT consegue perceber informações relevantes, divulga as informações e estas têm a qualidade suficiente para que sejam tomadas decisões apropriadas.

Monitoramento

Os quesitos avaliados foram:

27. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.

28. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.

29. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.

A pesquisa apontou como resultado para este elemento, qual seja, *Monitoramento*, a nota foi 3, o que significa : “*Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.*”

Assim como no item “*Ambiente de Controle*”, onde a Unidade não consegue perceber se está inserida no processo de criar e manter controles internos, porém tem seus pontos positivos, pois a UPC possui e adota alguns controles internos e estes são reconhecidos como contribuintes para alcançar os resultados esperados; este item questiona o sistema de controle interno e seus controles de qualidade, validade e desempenho e observa-se que a sua avaliação está refletindo que esses sistemas de monitoramento estão em processo de aprimoramento dentro da Unidade.

A despeito da pontuação deste item ter indicado a nota “3”, de um modo geral, percebe-se que as subunidades da SFAT têm procurado o aprimoramento e fortalecimento de seus controles internos e que esta Secretaria reconhece que ainda necessita avançar nesse aspecto de sua gestão e pretende ao longo de 2016 e 2017 promover um contínuo fortalecimento de seus controles internos.

5. Relacionamento com a Sociedade

5.1. Canais de Acesso do Cidadão

Por meio de acesso eletrônico ao site do Ministério dos Transportes, os cidadãos podem ter acesso às informações sobre os programas relacionados à SFAT, manuais explicativos e informações relativas à execução dos programas e principais resultados. Encontra-se também no site do MT o acesso aos relatórios de prestação anual de contas. Abaixo encontram-se os *links* associados:

<http://www.transportes.gov.br/sfat.html>

<http://www.transportes.gov.br/fundo-marinha-mercante.html>

<http://www.transportes.gov.br/acoes-e-programas.html>

Outro instrumento comunicação utilizado para solicitação de esclarecimentos junto a SFAT é Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Em 2015 foram apresentados a SFAT o total de 33 processos de solicitação de informações pelo SIC, e todos os processos foram respondidos dentro do prazo estabelecido.

5.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Em razão da SFAT integrar a estrutura administrativa do Ministério dos Transportes a Carta de Serviços ao Cidadão do Ministério abrange a atuação desta Secretaria.

5.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

Em razão da SFAT integrar a estrutura administrativa do Ministério dos Transportes as informações quanto a aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários serão consolidadas no Relatório do Gestão da Secretaria Executiva do Ministério.

5.4. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a Atuação da Unidade

No site do Ministério dos Transportes são disponibilizadas informações relativas aos programas de incentivos fiscais relacionados à atuação da SFAT. Os relatórios de gestão e relatórios de auditoria da SFAT podem ser encontrados no endereço eletrônico <http://www.transportes.gov.br/relatorio-de-gestao.html>

Especificamente em relação as prioridades de financiamentos com recursos do FMM, concedidas através de Resoluções do CDFMM e publicizadas em Diário Oficial da União. As referidas Resoluções também podem ser consultadas acessando a Base Jurídica do Ministério dos Transportes, no endereço eletrônico <http://www2.transportes.gov.br/BaseJuridica/2Relatorio.asp>.

As consultas às informações em relação à destinação dos recursos do FMM para projetos priorizados pelo CDFMM podem ser consultadas por meio do Portal da Transparência, na página eletrônica <http://www.portaltransparencia.gov.br/>

5.5. Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

A Secretaria de fomento para Ações de Transportes - SFAT esta localizada nas dependências do Edifício Anexo do Ministério dos Transportes, que possui rampa de acesso e

elevadores, proporcionando condições e possibilidades de utilização, com segurança e autonomia, permitindo acesso aos cidadãos com deficiente ou àqueles com dificuldade de locomoção.

6. Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

6.1. Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Está sendo elaborado em cumprimento ao que determina as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao setor público a NBC T 16.9 e 16.10 e a macrofunção 02.03.30, por meio de um sistema de informática idêntico ao usado pelo Ministério dos Transportes, que contem toda metodologia de calculo da depreciação, amortização e exaustão. Mensalmente é feito o encerramento do mês e registrado no SIAFI a depreciação dos bens móveis do DMM, com lançamento nas constas 123810100 e 333110200.

6.2. Sistema de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

Em razão da SFAT integrar a estrutura administrativa do Ministério dos Transportes as informações quanto ao Sistema de Apuração de Custos serão consolidadas no Relatório do Gestão da Secretaria Executiva do Ministério.

6.3. Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 foram declaradas no SIAFI e seguem em anexo a este Relatório de Gestão.

7. Áreas Especiais da Gestão

7.1. Gestão de Pessoas

7.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

QUADRO A.7.1.1.1. - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	167	09	36
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	167	09	36
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	127	0	29
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	33	07	02
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	07	02	05
2. Servidores com Contratos Temporários	-	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	09	02	03
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	176	11	39

Fonte: Serviço de Movimentação e Lotação

Obs.: Servidores egressos em 2015: 10 aposentados, 17 foram para outros órgãos na forma de exercício provisório, 02 foram cedidos e 03 sem vínculo foram exonerados.

QUADRO A.7.1.1.2. – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	-	167
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	167
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	127
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	33
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	07
2. Servidores com Contratos Temporários	-	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	09
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	176

Fonte: Serviço de Movimentação e Lotação

QUADRO A.7.1.1.3. – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	38	33	11	12
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0

1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	38	33	11	12
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	11	0	02
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	13	07	02
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	04	02	05
1.2.4. Sem Vínculo	0	05	02	03
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	134	84	16	63
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	84	16	63
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	172	117	27	75

Fonte: Serviço de Movimentação e Lotação

Obs.: Funções Gratificadas do exercício de 2015: composta por FG's – 1, 2 e 3 = 14 autorizadas, mas apenas 06 ocupadas, somadas as FCT's = 120 autorizadas, mas somente 78 ocupadas.

7.1.2. – Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Em razão da SFAT integrar a estrutura administrativa do Ministério dos Transportes as informações quanto a despesa de pessoal serão consolidadas no Relatório do Gestão da Secretaria Executiva do Ministério.

7.1.3. Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

A Gestão de Pessoal da SFAT é realizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP do Ministério dos Transportes, em razão da Secretaria pertencer a estrutura funcional do Ministério. Em termos de adequação dos servidores ao exercício de suas atribuições são adotados os procedimentos estabelecidos pela Portaria nº 433/SE/MT, de 04 de novembro de 2013, que disciplina as ações de capacitação desenvolvidas para a necessária qualificação do seu quadro pessoal.

Em razão do encerramento das atividades relacionadas ao Serviço de Arrecadação - SERARR do DMM foram realizadas tratativas relacionadas a realocação dos servidores que atuavam nas diversas unidades do SERARR's. Essas tratativas feitas no âmbito do Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 16, de 12 de fevereiro de 2015, sob a supervisão da Secretaria Executiva – SE e coordenação do DMM, para adoção das providências necessárias para encerramento das atividades dos Serviços de Arrecadação - SERARR's conforme descritas na Portaria nº 20 de 10 de fevereiro de 2015, do Ministro de Estado dos Transportes.

Em 2015, por meio do GT, houve o reaproveitamento de 30 servidores no próprio DMM, realocação de 63 servidores. Esse processo terá continuidade em 2016 até que sejam realocados todos os servidores que atuavam nas unidades dos SERARR's.

7.1.4. Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

QUADRO A.7.1.4.1 – Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da UPC

Unidade Contratante
Nome: Departamento da Marinha Mercante - DMM
UG/Gestão: 277001/00001
Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Prestação de serviço de agenciamento de estágios com estudantes de nível médio e superior para atender o DMM e suas Unidades Regionais	Super Estágios Ltda* (11.320.576/0001-52)	03/12/2014	03/12/2016	Nível médio	Ativo Prorrogado (P)

Fonte: DMM/SFAT

QUADRO A.7.1.4.2 – Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da UPC

Unidade Contratante						
Nome: COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS/MT						
UG/Gestão: 390007						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Contratação de "agente de integração", público ou privado, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização do programa continuado de estágio no âmbito do Ministério dos Transportes.	Centro de Integração Empresa Escola – CIEE (61.600.839/0001-55)	19/08/2013	18/08/2016	Nível médio	Ativo Prorrogado (P)

Fonte: DITC/Setor de Estágio

QUADRO A.7.1.4.2 – Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da UPC

Unidade Contratante						
Nome: COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS/MT						
UG/Gestão: 390007						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Execução indireta de serviços de apoio técnico administrativo	CONFERE (26.413.146/0001-52)	28/02/2011	Será finalizado em 27/02/2016	Nível médio ou superior	Ativo prorrogado (P)
2015	Execução indireta de apoio administrativo de secretariado	EMPRESA (03.873.484/0001-71)	06/01/2015	Prorrogável até 05/01/2020	Nível médio ou superior	Ativo prorrogado (P)

Fonte: SEAINF/COGEP

7.2. Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

7.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A SFAT possuía 40 imóveis na sua UG no início de 2015, sendo 38 utilizados pelas unidades do SERARR's, distribuídos em diversos estados, e 2 imóveis utilizados pelo DMM no Rio de Janeiro. Com o encerramento dos Serviços de Arrecadação - SERARR's, durante o ano de 2015 foram realizadas tratativas de devolução dos imóveis que não serão mais utilizados no desempenho das atividades do departamento. As ações relacionadas à devolução de imóveis pelo DMM tiveram grande avanço em 2015 com a devolução de imóveis para Secretaria de Patrimônio da União – SPU e entrega de salas utilizadas, outros foram devolvidos através de ofício e estão somente aguardando vistoria e ofício/apostila para conclusão do processo de reversão as SPUs nos estados.

No mesmo período o DMM tinha sob sua administração imóvel locado localizado na cidade de Vitória-ES. O contrato de locação desse imóvel, número 014/2013, firmado com a empresa ABNC Participações Ltda foi rescindido conforme publicação no DOU nº 201, de 21/10/2015.

Os registros com as devidas informações dos Bens Imóveis são mantidos atualizados no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), e conseqüentemente os registros contábeis no Sistema SIAFI.

Na tabela 7.2.1.1 é apresentado balanço da distribuição dos referidos imóveis nos estados, e comparativo entre o total de imóveis sob responsabilidade da UPC entre os exercícios 2014 e 2015.

QUADRO A.7.2.1.1 – Imóveis de Sob Responsabilidade da UPC

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2015	OBSERVAÇÕES
Rio de Janeiro/RJ	3	3	RIP 6001.01337.500-9 – 12º e 21º andares da Rua Miguel Couto nº 105 RIP 6001.01474.500-4 – 7º andar da Avenida Rio Branco nº 130 RIP 6001.01496.500-9 – 8º andar da Avenida Rio Branco nº 130
Santos/SP	4	4	RIP 7071.00055.500-0 – Salão 2ª/ 2º andar RIP 7071.00056.500-5 – Salão 2B/2º andar RIP 7071.00044.500-0 – Salão B/8º andar RIP 7071.00045.500-5 – Loja Térrea
São Sebastião/SP	1	0	RIP 7115.00021.500-0 (Imóvel devolvido a SPU)
Vitória/ES	4	0	<u>Sala nº 801 – A – Torre A</u> Imóvel - RIP 5705.00492.500-1 <u>Sala nº 802 – A – Torre A</u> Imóvel - RIP 5705.00494.500-2 <u>Sala nº 803 – A – Torre A</u> Imóvel – RIP 5705.00496.500-3 <u>Sala nº 804 – A – Torre A</u> Imóvel – RIP 5705.00498.500-4 Os RIPs foram cancelados em 26/10/2015 no SPIUNET e SIAFI em razão da rescisão do contrato de aluguel.
Paranaguá/PR	1	1	RIP 7745.00056.500-0
Imbituba/SC	1	0	Imóvel pertencente ao porto de IMBITUBA e devolvido pelo DMM
Itajaí/SC	1	1	Parte de um andar de edifício pertencente ao porto de Itajaí
São Francisco do Sul/SC	1	0	RIP 8319.00014.500-2 (Imóvel devolvido a SPU)
Porto Alegre/RS	1	0	RIP 8801.00229.500-0 (Imóvel devolvido a SPU)
Rio Grande/RS	1	1	Imóvel pertencente ao INSS

Manaus/AM	8	3	RIP 0255.00796.500-0 – Sala 1.607 RIP 0255.00978.500-0 – Sala 1.608 RIP 0255.00980.500-1 – Sala 1.609 RIP 0255.00982.500-2 – Sala 1.610 RIP 0255.00984.500-3 – Sala 1.611 (Imóveis devolvidos a SPU) <hr/> RIP 0255.00793.500-5 – Sala 1.605 RIP 0255.00535.500-1 – Sala 1.606 RIP 0255.00986.500-4 – Sala 1.612
Belém/PA	4	3	RIP 0427.00496.500-8 – Sala 1.701 RIP 0427.00528.500-0 – Sala 1.702 RIP 0427.00529.500-6 – Sala 1.703 <hr/> RIP 0427.00530.500-1 – Sala 1.704 (Imóvel devolvido à SPU)
São Luiz/MA	1	0	Imóvel pertencente ao DNIT e devolvido pelo DMM
Aracaju/SE	1	0	Imóvel pertencente ao DNIT e devolvido pelo DMM
Cabedelo/PB	1	0	RIP 1965.00016.500-7 (Imóvel devolvido à SPU)
Maceió/AL	1	0	RIP 2785.00115.500-2 (Imóvel devolvido à SPU)
Fortaleza/CE	1	0	Imóvel pertencente ao porto de Fortaleza e devolvido pelo DMM
Natal/RN	1	0	RIP 1761.00218.500-0 (Imóvel devolvido à SPU)
Recife/PE	1	1	2531.00324.500-7
Suape/PE	1	1	Salas pertencentes ao porto de Suape
Ilhéus/BA	1	0	RIP 3573.00137.500-1 (Imóvel devolvido à SPU)
Salvador/BA	1	0	RIP 3849.00343.500-8 (Imóvel devolvido à SPU)
Total	40	18	

Fonte: DMM/SFAT

7.3. Gestão da Tecnologia da Informação

7.3.1. Principais Sistemas de Informação

O principal sistema utilizado por esta Secretaria no desempenho das atividades voltadas para o acompanhamento da arrecadação e gestão dos recursos oriundos do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM é o Sistema Mercante, que pode ser acessado no endereço eletrônico www.mercante.transportes.gov.br

Existem diversos outros sistemas utilizados no desempenho das atividades de gestão pública, sendo os principais SIAFI, SICAP, SIOP, SCDP, SPIUnet.

7.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Em razão da SFAT integrar a estrutura administrativa do Ministério dos Transportes seu Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) estão vinculados ao planejamento definido pelo Ministério. O PDTI do Ministério dos Transportes pode ser localizado no site <http://www.transportes.gov.br/pdti.html>

Em auditoria realizada pela CGU em 2015 foi recomendado a revisão das necessidades relacionadas à tecnologia da informação (TI) desta Secretaria. No final do 2015 foi realizado levantamento, objetivando identificar as atuais necessidades de TI dos departamentos integrantes da SFAT, e encaminhado a CGTI e será considerado para próxima revisão do PDTI 2015-2017 do Ministério dos Transportes, previstos para o primeiro trimestre de 2016.

7.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

7.4.1. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

A Unidade mantém rotina que permite a inserção de critérios de sustentabilidade ambiental nos editais, com a inclusão da cláusula contratual na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras de que o contrato deverá observar os critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em relação aos procedimentos licitatórios realizados na gestão de 2015 não foram incluídos a indicação do código “sustentável” no SIASG para essas contratações, por falta de competência deste DMM, uma vez que as contratações foram por adesão a Ata de Registro de Preços, conforme regulamentado no Decreto nº 7.892/2013.

8. Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle

8.1. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

No ano de 2015, houve o mapeamento dos processos de trabalho dentro da Assessoria de Controle Interno, onde foi possível visualizar a estrutura mínima necessária para a execução das atividades e, resultante disto, sistematizar as informações requeridas pelos órgãos de controle.

No tocante a este ponto, o AECI adotou, no exercício em comento, o procedimento de estabelecer contato direto com as áreas do MT, no sentido de aprimorar o processo relativo ao recebimento, análise e manifestação às demandas encaminhadas pelos órgãos de controle. Neste sentido, foi centralizado o recebimento e distribuição dessa demanda e o monitoramento de seu atendimento pelo Controle Interno.

Nesse trilhar, o AECI encaminhou o Memorando-Circular nº 002/2016/AECI-MT, onde requereu às unidades internas deste Ministério, a indicação de servidores visando o *"Aprimoramento do Fluxo de Informações das atividades de Controle Interno"*. Conforme consta do referido documento, *"ao longo do exercício de 2016 serão realizadas reuniões sistemáticas entre os representantes e esta Assessoria Especial de Controle Interno, bem como serão buscados junto ao TCU e à CGU, treinamentos e apresentações específicas inerentes à atividade."*

Portanto, estão sendo adotados os procedimentos internos acerca do aprimoramento do fluxo de informação aos órgãos de controle, que culminará na edição de norma, via Portaria Ministerial, ainda no exercício de 2016.

Faz parte desse novo processo o acompanhamento sistemático de informações relevantes avaliados como de risco, tanto pelos órgãos de controle como por outros canais de comunicação (mídia, ouvidoria, corregedoria, etc.), em que resulta o envio de notas técnicas às áreas específicas propondo medidas preventivas e corretivas dos achados nessas ações.

Neste exercício a Secretaria de Fomento para Ações de Transportes foi demandada para atender determinações do TCU relativas aos Acórdãos 2891/2014 e 1205/2015.

Em relação ao Acórdão 2891/2014 houve Grupo de Trabalho (Portaria nº 118/SE/MT de 16 abril de 2015) com representantes SFAT rodovia e ferrovia e o relatório final, com data de 29/05/2015, foi entregue ao TCU.

Referente ao Acórdão 1205/2015 foi encaminhado à Secretaria Executiva deste Ministério, mediante Memorando nº 273/2015/SFAT/MT, plano de ação para atendimento as ações determinadas no referido Acórdão.

Permanecem pendentes de cumprimento pela SFAT as determinações abaixo discriminadas, que são referentes ao exercício de 2014:

QUADRO A.8.1.1 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.342/2014-7	2903/2014-TCU-Plen.	9.1	Aviso nº 1119-Seses-TCU-Plenário, de 29/10/2014.	17/11/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

Ministério dos Transportes – MT				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.1. determinar ao Ministério dos Transportes e à Secretaria de Portos da Presidência da República que:</p> <p>9.1.1. os estudos relativos a projetos de infraestrutura ferroviária e/ou portuária submetidos a este Tribunal observem as necessárias integração e interface com os demais modais de transportes existentes e apresentem coerência recíproca em seus respectivos estudos de demanda, de forma a serem evitadas discrepâncias significativas entre o volume de cargas previstas para serem transportadas pelo meio ferroviário e o volume estimado para embarque no sistema portuário;</p> <p>9.1.2. os estudos de demanda da implantação do trecho ferroviário Açailândia-Barcarena a serem remetidos a este Tribunal não apresentem projeções de demanda que não estejam contempladas no projeto de expansão portuária de Vila do Conde, já apresentadas e apreciadas no âmbito do TC 029.083/2013-3;</p> <p>9.1.3. na hipótese de descumprimento da assertiva constante do subitem 9.1.2, revise os EVTEA relativos à expansão do Porto de Vila do Conde, de forma que contemplem os novos números das demandas originadas da implantação do trecho ferroviário Açailândia-Barcarena;</p> <p>9.1.4. na hipótese referida no subitem 9.1.3, remeta ao Tribunal os novos estudos, em substituição àqueles anteriormente enviados e já parcialmente aprovados por meio dos acórdãos 3.661/2013 e 1.555/2014, ambos do Plenário, e se manifeste expressamente acerca do impacto do aumento da demanda do Porto de Vila do Conde sobre os demais integrantes do setor portuário nacional, uma vez que o acréscimo de cargas em um porto pode resultar na redução de demanda de outros, promovendo, se for necessário, o ajuste de todos os demais EVTEA.</p>				
Providências adotadas e justificativas				
<p>Providências em andamento. Elaborada Nota Técnica Nº 002/2014/SEP-PR/MT conjunta entre SEP-PR e SFAT/MT solicitando reexame junto ao TCU com vistas à reforma do item 9.1 e seus subitens. TCU conheceu o pedido e negou provimento em 22/07/2015 por meio do Acórdão 1787/2015-TCU-P. A SFAT/MT em conjunto com o MPOG, SEP, ANTT e EPL estão mantendo tratativas para atendimento à determinação. Estudo de demanda da ferrovia em processo de revisão pelo LABTRANS via ANTT.</p>				

QUADRO A.8.1.2 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
005.342/2014-7	2903/2014-TCU-Plen.	9.2	Aviso nº 1119-Seses-TCU-Plenário, de 29/10/2014.	17/11/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério dos Transportes – MT				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>9.2. determinar ao Ministério dos Transportes e à Agência Nacional de Transportes Terrestres que os estudos de viabilidade a serem apresentados a este Tribunal para acompanhamento do 1º estágio da concessão de infraestrutura ferroviária do trecho de Açailândia-Barcarena contemplem os seguintes aspectos:</p> <p>9.2.1. a adoção um modelo de demanda que seja consagrado no mercado e no meio acadêmico, que trate uniformemente o universo de dados brutos considerados e que possa garantir o máximo de consistência à série temporal calculada e a inexistência de cálculos em multiplicidade na demanda total prevista;</p> <p>9.2.2. a relação de dependência das projeções de demanda e de capacidade operacional do Porto</p>				

Vila do Conde e da Ferrovia Açailândia-Barcarena, levando-se em conta ainda os impactos da implantação de outros projetos de infraestrutura de transportes complementares e/ou concorrentes, a exemplo da Hidrovia Tocantins-Araguaia, da duplicação da BR-163 e da implantação da Ferrovia Sinop-Mirituba;

9.2.3. a estrutura atual e futura das condições de acesso, a disponibilidade de áreas para expansão da infraestrutura portuária e os planos de investimentos em infraestrutura e equipamentos e instalações necessários para compatibilizar as projeções de demanda entre todos os modos de transporte e a capacidade operacional de movimentação de cargas no Porto de Vila do Conde;

9.2.4. a análise de riscos de gargalos logísticos no escoamento de cargas ou da subutilização expressiva da infraestrutura de ferroviária

Providências adotadas e justificativas

A SFAT/MT em conjunto com o MPOG, SEP, ANTT e EPL estão mantendo tratativas para atendimento à determinação. Estudo de demanda da ferrovia em processo de revisão pelo LABTRANS via ANTT.

8.2. Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

No tocante ao acompanhamento e atendimento às recomendações da Controladoria Geral da União – CGU, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, foi adotado o Plano de Providências Permanente - PPP: documento de monitoramento da implementação das providências relacionadas às recomendações emanadas.

O PPP é um instrumento de monitoramento contínuo, que registra gradualmente o encaminhamento das soluções para resolução das constatações identificadas nos trabalhos realizados pela CGU.

No âmbito do Ministério dos Transportes, nos termos definidos pela Portaria CGU nº 1.473/2013, compete ao Assessor Especial de Controle Interno acompanhar junto às unidades do Ministério o atendimento às recomendações efetuadas ao longo do exercício e as pendentes de atendimento de exercícios anteriores.

Para tanto, a CGU desenvolveu o sistema informatizado denominado Monitor que permite o acompanhamento em tempo real das recomendações emanadas por meio das ações de auditoria e fiscalização.

Dessa forma, a partir do exercício de 2015, todos os acompanhamentos serão realizados por meio desse sistema, sendo que as manifestações das unidades do Ministério serão todas registradas em forma digital dentro do sistema.

A SFAT passou por auditoria interna da CGU em 2015 e as recomendações que refletiram maior impacto na gestão da SFAT foram as atinentes ao encerramento das unidades regionais do Departamento da Marinha Mercante – SERARR's/DMM e ao mapeamento dos processos das unidades que compõem a SFAT. Em relação à primeira, embora a recomendação tenha refletido em grande impacto na gestão da SFAT, foi atendida em 2015. Quanto ao mapeamento dos processos, elaborou-se em 2015 plano de ação para realização do aludido mapeamento, cuja expectativa para aferimento dos resultados projeta-se para os exercícios de 2016 e 2017.

Para verificação periódica do atendimento das recomendações da CGU a SFAT designou representantes de cada uma de suas unidades.

8.3. Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Não ocorreram na SFAT no exercício de 2015 identificação de ilícitos administrativos que tenham resultado em dano ao Erário. As apurações administrativo-disciplinares do Ministério dos Transportes são realizadas no âmbito da Corregedoria do MT.

8.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamento de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O DMM observa o cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, por meio de planilha realizado pelo setor financeiro.

8.5. Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração de Folha de Pagamento

Durante o exercício de 2015 os contratos administrados pelo DMM/SFAT visavam a execução dos serviços de vigilância, limpeza e copeiragem para atender as unidades de Serviços de Arrecadação – SERARR's.

O programa de desoneração da folha de pagamento estabelecido pela Lei 12.546/2011, entre outras determinações, prevê quais são as atividades abrangidas por este benefício. Em razão dos serviços contratados pelo DMM não estarem compreendidos pela referida Lei não foram realizadas revisões de contrato devido à desoneração da folha de pagamento.

8.6. Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

Em razão da SFAT integrar a estrutura administrativa do Ministério dos Transportes as informações sobre ações de Publicidade e Propaganda serão consolidadas no Relatório do Gestão da Secretaria Executiva do Ministério.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE

ÓRGÃO SUPERIOR 49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	75.166.544,41	77.408.669,27			
Bens Móveis	66.967.166,50	67.662.710,49			
Bens Móveis	68.157.674,93	68.501.830,44			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.190.508,43	-839.119,95			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	8.199.377,91	9.745.958,78			
Bens Imóveis	8.201.049,38	9.746.331,16			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.671,47	-372,38			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	12.707,10	12.707,10			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	12.707,10	12.707,10			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	12.707,10	12.707,10			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	25.715.570.841,17	23.137.642.280,39	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.715.570.841,17	23.137.642.280,39

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	299.984.872,80	750.459.690,91	PASSIVO FINANCEIRO	218.061.283,70	639.072.191,26
ATIVO PERMANENTE	25.415.585.968,37	22.387.182.589,48	PASSIVO PERMANENTE	725.139.354,27	681.147.352,25
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	24.772.370.203,20	21.817.422.736,88

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	102.281,91	74.881,13	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	41.651.963,94	41.415.914,16



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE

ÓRGÃO SUPERIOR 49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	102.281,91	74.881,13	Execução dos Atos Potenciais Passivos	41.651.963,94	41.415.914,16
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	102.281,91	74.881,13	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	3.191.466,25
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	41.651.963,94	38.224.447,91
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	102.281,91	74.881,13	TOTAL	41.651.963,94	41.415.914,16

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	81.923.589,10
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	81.923.589,10
TOTAL	81.923.589,10



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.889.941.804,83	-
INGRESSOS	6.505.375.803,89	-
Receitas Derivadas e Originárias	3.815.197.156,90	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	2.893.300.727,17	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	372.104.639,47	-
Remuneração das Disponibilidades	162.427.104,30	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	387.364.685,96	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	2.690.178.646,99	-
Ingressos Extraorçamentários	88.455.683,97	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.456.076.224,37	-
Arrecadação de Outra Unidade	145.646.402,49	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	336,16	-
DESEMBOLSOS	-3.615.433.999,06	-
Pessoal e Demais Despesas	-97.132.034,08	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 01/03/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-97.132.034,08	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-15.070,93	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-15.070,93	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-3.518.286.894,05	-
Dispêndios Extraorçamentários	-88.475.944,00	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-3.429.810.950,05	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.785.858.810,08	-
INGRESSOS	2.207.216.544,22	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	2.207.216.544,22	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE

ÓRGÃO SUPERIOR 49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.993.075.354,30	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.650,00	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-4.993.073.704,30	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	104.082.994,75	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	195.901.878,05	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	299.984.872,80	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE
----------------	---

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.649.779.443,2	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.613.274,10	-
Impostos	-	-
Taxas	27.613.274,10	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	3.011.333.851,9	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	3.011.333.851,9	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.223.385.616,2	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	372.104.639,47	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	688.853.872,49	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	162.427.104,30	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.456.149.036,0	-
Transferências Intragovernamentais	2.456.076.224,3	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	72.811,68	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	543.681.320,22	-
Reavaliação de Ativos	10.239,43	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.603.153,59	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	541.067.927,20	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	387.616.344,66	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 01/03/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	387.616.344,66	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4.546.255.780,7	-
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	6.280.543,32	-
Uso de Material de Consumo	30.145,54	-
Serviços	5.827.030,43	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	423.367,35	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.431.819.289,8	-
Transferências Intragovernamentais	3.429.810.950,0	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.008.339,76	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.026.637.018,1	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.223.146,72	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	275.410,06	-
Incorporação de Passivos	2.175.801,72	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	1.021.962.659,6	-
Tributárias	30.733,34	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	25.391,56	-
Contribuições	5.341,78	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	81.488.196,07	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	81.488.196,07	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	3.103.523.662,5	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE

ÓRGÃO SUPERIOR 49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	6.022.413.701,12		Despesas Orçamentárias	5.252.636.024,38	
Ordinárias	989.979.681,17		Ordinárias	-	
Vinculadas	5.033.015.079,31		Vinculadas	5.252.636.024,38	
Educação			Educação		
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)		
Operação de Crédito			Operação de Crédito		
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.741.748.399,67		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.771.235.776,72	
Outros Recursos Vinculados a Fundos	2.291.266.679,64		Outros Recursos Vinculados a Fundos	2.481.400.247,66	
Demais Recursos			Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-581.059,36				
Transferências Financeiras Recebidas	2.456.076.224,37		Transferências Financeiras Concedidas	3.429.810.950,05	
Resultantes da Execução Orçamentária	2.445.111.061,24		Resultantes da Execução Orçamentária	80.584,98	
Cota Recebida			Cota Concedida		
Repasse Recebido	2.445.111.061,24		Repasse Concedido	80.584,98	
Sub-repasse Recebido			Sub-repasse Concedido		
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	10.965.163,13		Independentes da Execução Orçamentária	3.429.730.365,07	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	10.082.173,06		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.535.671,06	
Demais Transferências Recebidas	290.058,08		Demais Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	592.931,99		Movimento de Saldos Patrimoniais	3.427.194.694,01	
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	
Recebimentos Extraorçamentários	449.550.689,17		Despesas Extraorçamentárias	141.510.645,48	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	23.336.474,01		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	9.999.999,99	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	192.111.792,54		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	43.034.701,49	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	88.455.683,97		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	88.475.944,00	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	145.646.738,65		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE

ÓRGÃO SUPERIOR 49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	145.646.402,49	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	336,16	-			
Saldo do Exercício Anterior	195.901.878,05	-	- Saldo para o Exercício Seguinte	299.984.872,80	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	195.901.878,05	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	299.984.872,80	-
TOTAL	9.123.942.492,71	-	TOTAL	9.123.942.492,71	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE

ÓRGÃO SUPERIOR 49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.322.931.035,00	3.322.931.035,00	3.815.197.156,90	492.266.121,90
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	3.118.221.767,00	3.118.221.767,00	2.893.300.727,17	-224.921.039,83
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	3.118.221.767,00	3.118.221.767,00	2.893.300.727,17	-224.921.039,83
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	90.721.058,00	90.721.058,00	162.427.104,30	71.706.046,30
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	90.721.058,00	90.721.058,00	162.427.104,30	71.706.046,30
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	107.373.363,00	107.373.363,00	372.104.639,47	264.731.276,47
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	6.614.847,00	6.614.847,00	387.364.685,96	380.749.838,96
Multas e Juros de Mora	2.637.114,00	2.637.114,00	-	-2.637.114,00
Indenizações e Restituições	-	-	387.616.229,38	387.616.229,38
Receita da Dívida Ativa	3.977.733,00	3.977.733,00	111,68	-3.977.621,32
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-251.655,10	-251.655,10
RECEITAS DE CAPITAL	3.310.000.000,00	3.310.000.000,00	2.207.216.544,22	-1.102.783.455,78



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE

ÓRGÃO SUPERIOR 49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	3.310.000.000,00	3.310.000.000,00	2.207.216.544,22	-1.102.783.455,78
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	6.632.931.035,00	6.632.931.035,00	6.022.413.701,12	-610.517.333,88
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	6.632.931.035,00	6.632.931.035,00	6.022.413.701,12	-610.517.333,88
TOTAL	6.632.931.035,00	6.632.931.035,00	6.022.413.701,12	-610.517.333,88
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE

ÓRGÃO SUPERIOR 49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	243.100.000,00	243.100.000,00	236.225.846,07	44.114.053,53	44.114.053,53	6.874.153,93
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	243.100.000,00	243.100.000,00	236.225.846,07	44.114.053,53	44.114.053,53	6.874.153,93
DESPESAS DE CAPITAL	6.291.793.285,00	6.291.793.285,00	5.016.410.178,31	5.016.410.178,31	4.993.073.704,30	1.275.383.106,69
Investimentos	329.400,00	329.400,00	-	-	-	329.400,00
Inversões Financeiras	6.291.463.885,00	6.291.463.885,00	5.016.410.178,31	5.016.410.178,31	4.993.073.704,30	1.275.053.706,69
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	98.037.750,00	98.037.750,00	-	-	-	98.037.750,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	6.632.931.035,00	6.632.931.035,00	5.252.636.024,38	5.060.524.231,84	5.037.187.757,83	1.380.295.010,62
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	6.632.931.035,00	6.632.931.035,00	5.252.636.024,38	5.060.524.231,84	5.037.187.757,83	1.380.295.010,62
SUPERÁVIT	-	-	769.777.676,74	-	-	-769.777.676,74
TOTAL	6.632.931.035,00	6.632.931.035,00	6.022.413.701,12	5.060.524.231,84	5.037.187.757,83	610.517.333,88

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	43.990.352,02	43.033.051,49	43.033.051,49	500.610,52	456.690,01
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	43.990.352,02	43.033.051,49	43.033.051,49	500.610,52	456.690,01
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.650,00	1.650,00	1.650,00	-	-
Investimentos	-	1.650,00	1.650,00	1.650,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	43.992.002,02	43.034.701,49	43.034.701,49	500.610,52	456.690,01

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	9.999.999,99	9.999.999,99	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 4

SUBTÍTULO 277001 - DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE

ÓRGÃO SUPERIOR 49901 - DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	9.999.999,99	9.999.999,99	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	537.233.422,02	-	537.233.422,02	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	537.233.422,02	-	537.233.422,02	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	547.233.422,01	9.999.999,99	537.233.422,02	-